

# Mercado financeiro reduz projeção de IPCA em 2024 para 3,9%

*Inflação acumulada em 2023 atingiu 4,04%*

Recuou de 3,91% para 3,9% a projeção de inflação pelo IPCA para este ano, conforme a opinião dos analistas financeiros ouvidos na última semana pelo Boletim Focus. Com relação aos dados de 2023, já que os números ainda estão sendo consolidados, o mercado financeiro prevê que a inflação do ano passado deve ficar em 4,46%. Os dados oficiais serão divulgados pelo IBGE no próximo dia 11. Em novembro de 2023, o aumento de preços dos alimentos pres-

sionou o resultado da inflação, que ficou em 0,28%, segundo o IBGE. O percentual foi maior que a taxa de setembro, que teve alta de 0,24%. A inflação acumulada em 2023 atingiu 4,04%. Nos últimos 12 meses, o índice consolidado está em 4,68%. A meta definida pelo CMN para 2023 é de 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual. Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é de 17%. **Pág.04**

## Brasil pode atingir pleno emprego em 2026, admite IBGE

*Ocupação acumulou alta de 19,6% entre 2021 e 2023*

Caso a atividade econômica mantenha o dinamismo atual, o mercado de trabalho brasileiro pode se aproximar do pleno emprego em 2026, afirmou ontem, 2, o presidente do IBGE, Marcio Pochmann. Segundo ele, a economia brasileira recuperou o nível de atividade ao ritmo de 3,6% ao ano, em média, e com isso, a ocupação acumulou alta de 19,6% entre 2021 e 2023, o que permitiu reduzir em 35,4%

o número total de desempregados. Conforme dados do IBGE divulgados na semana passada, a taxa de desemprego no País caiu de 7,6% no trimestre terminado em outubro para 7,5% no trimestre até novembro, menor resultado desde fevereiro de 2015. O País registrou uma geração de 853 mil vagas em apenas um trimestre, levando a um recorde de 100,5 milhões de pessoas trabalhando. **Pág.03**

## Desde ontem, juros do rotativo do cartão estão limitados a 100% da dívida

Instituído pela lei do Programa Desenrola, sancionada em outubro, e regulamentado no fim de dezembro pelo CMN, os juros da dívida do rotativo do cartão de crédito e da fatura parcelada passaram a ser limitados a 100% da dívida a partir de ontem, 2, já que

não houve acordo entre o governo e os bancos. Assim, o teto de juros do rotativo e da fatura parcelada para quem não pagar uma fatura de R\$ 100, por exemplo, e empurrar a dívida para o rotativo, pagará juros e encargos de no máximo R\$ 100. **Pág.04**

## Focus mantém expectativa de Selic no fim de 2024 em 9,00% ao ano

Para os analistas do mercado financeiro, a expectativa para a Selic no final deste ano se manteve em 9,00% ao ano, seguindo o ciclo de estabilização da taxa básica de juro do BC.

Há um mês, a estimativa era de 9,25% ao ano. Em dezembro, o Copom do Banco Central cortou a Selic pela quarta vez consecutiva em 0,50 pp, para 11,75% ao ano. **Pág.04**

## IPC-S avança 0,29% em dezembro e fecha 2023 com alta de 3,55%

Após fechar novembro com alta de 0,27% e a terceira quadrissemana de dezembro em 0,18%, o Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da FGV acelerou para 0,29%

no mês passado, informou ontem, 2, a FGV. Com o resultado, o indicador terminou 2023 com alta de 3,55%, ante avanço de 4,28% registrado em 2022. **Pág.04**

## MEIO AMBIENTE

### DESMATAMENTO NO CERRADO

**ÁREAS SOB ALERTA**  
(Em km²)

2018	4.520
2019	5.641
2020	3.922
2021	4.867
2022	5.458
2023	6.359



O Cerrado registrou **aumento de 21%** nos alertas de desmatamento

**Apenas 8%** do bioma é legalmente protegido por unidades de conservação

O Cerrado teve o **pior resultado** na sua série histórica do Sistema Deter

FONTE: Deter/TerraBrasilis/inpe/MCTIC

© INFOGRAFFO

Acesse o nosso site: [diariodenoticias.com.br](http://diariodenoticias.com.br)

## CUTURA



**Fábricas de Cultura abrem vagas para os cursos do 1º semestre de 2024; pela primeira vez todo o processo pode ser feito online**

<https://shre.ink/rik7>

Pág.06



O aumento de preços dos alimentos pressionou o resultado da inflação em novembro, que ficou em 0,28%, segundo o IBGE.

## Lula sanciona LDO com meta fiscal zero para este ano

*Para cumprir a meta, governo precisa obter R\$ 168 bi em receitas extras*



LDO foi aprovado pelo Congresso em sessão de 19 de dezembro.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 foi sancionada ontem, 2, pelo presidente Lula, com vetos a trechos do calendário para a distribuição de

emendas impositivas, ou seja, de pagamento obrigatório. A LDO fixa a meta de déficit primário zero para este ano, o que significa que os gastos federais não

podem superar a arrecadação com tributos e outras fontes. Para cumprir a meta fiscal, o governo precisa obter R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024. **Pág.03**

## Receita abre período de adesão a programa de regularização de dívida

*Adesões ao programa terminam em 1.º de abril*

Com o objetivo de incentivar os contribuintes a regularizar débitos tributários administrados pela Receita, o órgão iniciou ontem, 2, o período de adesão

de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de Tributos. Podem ser incluídos tributos que não tenham sido consti-

tuídos até 30 de novembro de 2023, e tributos constituídos entre 30 de novembro de 2023 e 1.º de abril de 2024, prazo final para adesão. **Pág.04**

## Vidros do Planalto serão blindados após ataques de 8 de Janeiro

*GSI considera que a fragilidade dos vidros do edifício colaborou para a invasão do prédio*

Com custo estimado em R\$ 8 milhões, os vidros do Palácio do Planalto, em Brasília, serão trocados por material blindado, como medida de

segurança após os atos golpistas de 8 de janeiro. A medida foi proposta pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República.

Segundo o GSI, a fragilidade dos vidros do edifício colaborou para a sua invasão e depredação durante os ataques golpistas. **Pág.03**

## Líder da oposição da Coreia do Sul é esfaqueado no pescoço

Pág.06

## 10% dos declarantes do IR concentram 51% da renda no País

Cerca de 10% dos declarantes de Imposto de Renda concentravam 51% da renda total do País em 2022, conforme relatório publicado pelo Ministério da Fazenda, com base em dados do IRPF de 2021 e 2022. Pouco mais da metade das pessoas que declararam o imposto têm menor renda e concentram 14% do total de ganhos. **Pág.04**

## Bancos preveem alta da carteira de crédito em 2024 de 8,3% para 8,5%

Diante da perspectiva de queda contínua da Selic e redução da inadimplência, os bancos preveem crescimento da carteira de crédito total deste ano de 8,3% para 8,5%, segundo a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban, de dezembro, divulgada ontem, 2. No caso da carteira livre, a projeção avançou de 8,2% para 8,4%, enquanto a direcionada passou de 8,5% para 8,6%. **Pág.04**

## Autorização de CACs voltam a ser emitidas pelo Exército

Suspensos desde o início do governo Lula por decreto que reverteu a política armamentista da gestão Bolsonaro, a partir deste mês, as autorizações para colecionadores de armas, atiradores desportivos e caçadores (CACs) voltam a ser emitidas pelo Exército. A retomada da emissão dos chamados Certificados de Registro (CR) consta de um comunicado e de uma portaria do Exército, publicados no fim de dezembro. **Pág.03**

INDICADORES FINANCEIROS	
Salário Mínimo	R\$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,78%
IPC (Fipe) - mês	1,02%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4305%
Ibovespa (pontos)	120.700
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,09%
CDB pré 90 dias - ano	5,69%
CDI acumulado - mês	0,15%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R\$ 5,2560/R\$ 5,2560
Dólar turismo	R\$ 5,2370/R\$ 5,4200
Euro turismo	R\$ 6,1660/R\$ 6,1680





LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Projeto aprovado obriga prefeituras a frear construções irregulares em áreas de risco

Na área de defesa civil, um dos destaques foi a aprovação do Projeto de Lei 636/23, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que obriga os municípios a elaborar, a cada ano, um Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil. O objetivo é conter construções irregulares em áreas de risco, com definição de alternativas habitacionais seguras.

André Figueiredo é o autor do texto que aguarda votação no Senado

O texto altera a Lei 12.340/10, que trata dos repasses da União aos entes federativos para prevenção e mitigação de desastres. A proposta ainda será analisada pelo Senado Federal.

Relatado pelo deputado Josenildo (PDT-AP), o projeto também exige a inclusão, nos planos municipais, dos investimentos necessários em infraestrutura hídrica, combate a enchentes e prevenção de desastres. Na prestação de contas anual, já prevista

na legislação vigente, deverá ser incluído relatório que obrigatoriamente apresente:

- os exercícios simulados realizados com a participação da população, que incluam passagem pelas rotas de deslocamento e chegada aos pontos seguros;
- a efetividade dos sistemas de alerta a desastres, comprovada em testes periódicos;
- a situação dos pontos de abrigo;
- o treinamento periódico das equipes técnicas e de voluntários para atuação em circunstâncias de desastres;
- a evolução do número de construções irregulares em áreas de risco e as medidas tomadas para contenção desse avanço, inclusive com disponibilização de alternativas habitacionais seguras; e
- os investimentos realizados em infraestrutura hídrica, combate a enchentes e prevenção de desastres.

Medida provisória prevê perdão de impostos sobre produtos automotivos do Paraguai

O governo enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) 1201/23, que concede perdão de créditos tributários do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) referentes a importações de produtos automotivos do Paraguai. No caso previsto na medida provisória, esses créditos referem-se a impostos que seriam devidos, mas que vão ser objeto de remissão, ou seja, dispensa da obrigação de pagar.

De acordo com a justificativa da MP, os impostos remetem a importações realizadas antes da entrada em vigor do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 74 (ACE 74) ao Tratado de Assunção.

O Brasil tinha um acordo para importação de autopeças do Paraguai sem tributação, mas isso não estava efetivado até que se incorporou à legislação, em 2020, o protocolo adicional. A MP extingue os créditos tributários devidos sobre essas importações que tenham ocorrido antes do protocolo, quando os impostos foram lançados.

A medida provisória concede remissão total dos créditos tributários relativos ao II e ao IPI. O governo estima que a medida ocasiona renúncia de receitas tributárias no valor de aproximadamente R\$ 500 milhões em 2022, e que este montante está contemplado no Orçamento de 2023 (Lei 14.535).

**Política automotiva** - Ao justificar a urgência e relevância da medida, o governo ressalta que a celebração do acordo automotivo bilateral com o Paraguai “marcou um importante movimento na direção de uma consolidação da política automotiva no âmbito do Mercosul”. A cobrança de créditos tributários passados de produtos que hoje já têm margem de preferência de 100% pode contribuir para um retrocesso nessa direção, conclui o Executivo.

Conforme o governo, o setor automotivo se caracteriza pela interdependência em sua cadeia logística. Se não houvesse a remissão desses créditos tributários, a cobrança do imposto de importação atingiria a cadeia de suprimentos como um todo, “levando a mais uma interferência negativa no setor”.

Câmara aprovou medida provisória que alterou Código de Trânsito

Em relação à legislação do trânsito, houve a votação da Medida Provisória 1153/22, que promoveu várias mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em temas como exigência de exame toxicológico de motoristas profissionais, competência para aplicação de multas e descanso de caminhoneiros.

O texto foi aprovado na forma do substitutivo do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que também trata dos termos da contratação de seguro de cargas, e foi transformado na Lei 14.599/23.

Com isso, órgãos municipais de trânsito passaram a ter competência privativa de fiscalização e aplicação de multas nas principais infrações, como aquelas envolvendo estacionamento ou parada irregulares, excesso de

velocidade, veículo com excesso de peso ou da capacidade de tração e recolhimento de veículo acidentado ou abandonado.

**Exame toxicológico** - Estados e Distrito Federal têm a responsabilidade de fiscalizar e multar infrações relacionadas a não realização de exame toxicológico, a falta de registro do veículo, a falta de baixa de veículo irrecuperável, a cadastro desatualizado e a falsa declaração de domicílio, por exemplo.

Quanto ao seguro de cargas, sua contratação passou a caber aos transportadores, ainda que pessoas físicas ou cooperativas. O seguro de perdas por acidentes e o contra roubo e assemelhados ficou vinculado a Planos de Gerenciamento de Riscos (PGR) estabelecidos de comum acordo entre o transportador e sua seguradora.

Projeto cria programa de doação incentivada para beneficiar educação básica

O Projeto de Lei 3766/23 institui um programa que permite aos contribuintes fazer doações voluntárias a escolas de educação básica, públicas e privadas, com abatimento sobre o Imposto de Renda. A proposta, em análise na Câmara dos Deputados, é da deputada Adriana Ventura (Novo-SP).

“A proposição contribui para ampliar os recursos destinados à educação básica, ao mesmo tempo em que reforça os laços entre sociedade civil e instituições de ensino”, disse Ventura.

Pelo texto, o chamado Programa Nacional de Apoio à Educação Básica (Pnaeb) será acessível a pessoas físicas e jurídicas (tributadas com base no lucro real ou presumido). As doações feitas por elas poderão ser deduzidas do imposto devido (até o limite de 4%).

Ventura estima que o incentivo representará uma renúncia fiscal de R\$ 570 milhões. O PL 3766/23 será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).



Adriana Ventura é a autora do projeto.

**Regras** - Pelo projeto, as escolas terão que se cadastrar no programa para receber as doações, e prestar contas na internet dos valores recebidos. O texto prevê ainda que:

- doações para as escolas públicas

poderão ser aplicadas em investimentos, custeio e bônus aos professores com turmas com melhor desempenho;

- doações às escolas privadas terão como contrapartida a oferta de bolsas integrais

- regulamento do Poder Executivo vai definir a faixa de renda e o desempenho acadêmico necessários para garantir a bolsa.

A proposta determina ainda que as infrações à lei sujeitam o contribuinte a multa.

Deputados aprovaram aumento de pena para diversos crimes, como furto, roubo e latrocínio



Altineu Côrtes relatou o projeto na Câmara.

Em 2023, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou 137 projetos de lei, 22 medidas provisórias, 25 projetos de decreto legislativo, 8 projetos de resolução, 8 projetos de lei complementar e 3 propostas de emenda à Constituição (PECs).

A Agência Câmara está publicando um balanço dessas votações divididas por tema.

Um dos projetos de destaque aprovados na área de direito e

Justiça é o que torna hediondos crimes como sequestro, cárcere privado ou tráfico de pessoas quando praticados contra criança ou adolescente. A proposta está em análise no Senado.

O texto aprovado é do relator, deputado Altineu Côrtes (PL-RJ), para o Projeto de Lei 4224/21, do deputado Osmar Terra (MDB-RS). Condenados por crimes considerados hediondos não podem contar com anistia, graça e

indulto ou fiança, e devem começar a cumprir pena inicialmente em regime fechado.

Ao lado dos crimes de sequestro, cárcere privado ou tráfico de crianças ou adolescentes, será considerado hediondo:

- agenciar ou coagir esse público a participar de cenas de pornografia;
- atuar com essas pessoas nessas cenas; e
- exibir ou transmitir pela in-

ternet ou aplicativos, em tempo real, cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente.

O projeto cria ainda uma política nacional de prevenção e combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, além de prever a criação de protocolos a serem seguidos nas escolas para prevenir e combater a violência nesse ambiente.

**Empate favorece réu** - Quando houver empate nos julgamentos de matéria penal ou processual penal, valerá a decisão mais favorável ao réu. Isso é o que prevê o Projeto de Lei 3453/21, aprovado em março pela Câmara dos Deputados. A proposta está em debate no Senado.

De autoria do deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), o projeto assegura também a expedição de habeas corpus, de ofício, por juiz ou tribunal ainda que sem o conhecimento da ação ou recurso contra coação ilegal.

O texto aprovado é um substitutivo do deputado Elmar Nascimento (União-BR), que determina a proclamação imediata da decisão mais favorável no caso de empate, mesmo que o julgamento tenha ocorrido sem a totalidade dos integrantes do colegiado em razão de vaga aberta a ser preenchida, de impedimento, de suspeição ou da ausência de membro.

Câmara aprovou projetos que beneficiam pessoas com transtorno do espectro autista

Em junho, a Câmara aprovou projeto de lei do Senado que muda os estatutos da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência para incluir medidas protetivas a serem decretadas pelo juiz no caso de violência ou da iminência dela.

Para ambos os casos, o Projeto de Lei 4438/21 lista medidas protetivas semelhantes às constantes da Lei Maria da Penha, relativa à violência contra a mulher. Devido às mudanças feitas pela relatora, deputada Silvyne Alves (União-GO), o projeto retornou ao Senado para nova votação.

Segundo o texto aprovado na Câmara, além do Ministério Público e da pessoa ofendida, a Defensoria Pública poderá pedir ao juiz a aplicação de medidas protetivas.

Tanto os idosos quanto as pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la deverão ser atendidas com prioridade pelo delegado, que comunicará de imediato o juiz para que este decida, em 48 horas, se adotará ou não as medidas protetivas.

Além de medidas já típicas, como apreensão imediata de arma de fogo sob posse do agressor e



Silvyne Alves relatou o projeto sobre medidas protetivas.

são de segunda via de documentos de identificação pessoal para idosos inscritos no CadÚnico do governo federal.

Aprovado em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, o texto garante o direito no caso de o documento ter sido extraviado,

furtado ou roubado e foi aprovado com substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, de autoria do deputado Osseio Silva (Republicanos-PE).

Para pedir a segunda via, o idoso deve apresentar boletim de ocorrência policial e entrar com o pedido de 2ª via em até 30 dias do boletim.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa  
Diretor  
Marcos Henrique  
Comercial  
www.diariodenoticias.com.br  
site  
Amaury Marques  
Administração  
Elaipe Fernandes  
Financeiro  
Valter Lana  
Editor responsável  
redacao@diariodenoticias.com.br  
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035  
marcio@diariodenoticias.com.br  
Periodicidade: DIÁRIA  
AMS EDITORA LTDA  
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B  
Jd. Paulista - Cep. 01407-200  
CNPJ nº 00.559.976/0001-07  
São Paulo - SP  
Administração:  
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81  
Cidade Monções - Cep. 04576-060  
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

ICP Brasil

AUTENTICIDADE DA PÁGINA  
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

FUNÇÃO VANTOUM

TIPOLOGIA AUDITADA

ANATEC

Certificado por IBUCT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.  
**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>

Certificado por IBUCT - Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676



POLÍTICA

EDIÇÃO NACIONAL

# Lula sanciona LDO de 2024 com teto de R\$ 4,9 bi para o Fundo Eleitoral

O presidente Lula sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de ontem (2).

O texto, aprovado pelo Congresso (foto) em 19 de dezembro, traz orientações para a elaboração do Orçamento de 2024 e fixa parâmetros para a alocação de recursos para garantir a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA).

Entre as diretrizes, está a meta de déficit primário zero para este ano, ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório da arrecadação com tributos e outras fontes. Para cumprir a meta fiscal, o governo precisa obter R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024.

A LDO também prevê um teto de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral, que poderá ser utilizado pelos partidos políticos em gastos com as eleições municipais de 2024.

Na sequência à apreciação da LDO, os parlamentares também aprovaram, em 22 de dezembro, o projeto da lei orçamentária para este ano, que prevê despesas de



LDO foi aprovado pelo Congresso em sessão de 19 de dezembro.

R\$ 5,5 trilhões.

Tradicionalmente a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) é a última atividade do Legislativo antes do início do recesso, já que os parlamentares devem fechar o ano com o orçamento para o próximo ano aprovado.

**Vetos** - A LDO também trata das regras para a destinação de emendas parlamentares, que são os recursos destinados a deputados e senadores, além das bancadas estaduais e comissões. Entre os dispositivos vetados por Lula estão trechos do calendário para

a distribuição de emendas impositivas, ou seja, de pagamento obrigatório.

O presidente vetou os trechos que obrigava o empenho (reserva) dos recursos em até 30 dias após a divulgação das propostas.

# Governo vai blindar vidros do Planalto após ataques de 8 de Janeiro

Projeto foi proposto pelo GSI e deverá custar R\$ 8 milhões

O governo do presidente Lula vai trocar os vidros do Palácio do Planalto, em Brasília, por material blindado. A medida, proposta pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, tem como objetivo fortalecer a segurança do edifício após os atos golpistas em 8 de janeiro.

Os vidros blindados serão instalados no térreo do prédio, com custo estimado em R\$ 8 milhões, segundo interlocutores do governo. O GSI considera a mudança como um reforço sem complexidade, porém eficaz para aumentar a segurança no Planalto. Na avaliação do órgão, a fragilidade dos vidros do edifício colaborou para a sua invasão e depre-

dação durante os ataques golpistas no início deste ano.

A blindagem, porém, depende de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), visto que o Palácio do Planalto é um patrimônio tombado. A assessoria da Presidência da República informou que o GSI busca a permissão para fazer a mudança junto ao Iphan, porém ainda não há uma previsão para a realização da reforma.

**Relembre o 8 de janeiro** - Ainda insatisfeitos com a posse de Lula na Presidência, cerca de 3.900 radicais bolsionistas chegaram a Brasília para mais um dia de protestos contra o petista. Naquela época, militantes apoiadores do ex-presidente Bolsonaro (PL) acampavam em frente a quartéis do Exército pelo País.

# Conib diz que Gleisi usa jargão clássico do antissemitismo e presidente do PT reage

A presidente nacional do PT e deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) e a Confederação Israelita do Brasil (Conib) trocaram farpas públicas nos últimos dias por conta de uma ação da entidade contra um jornalista. Após ser apontada como responsável pelo urso de “jargão clássico do antissemitismo”, a parlamentar disse em seu perfil no X (antigo Twitter) que a confederação “não tolera as críticas ao governo de ultradireita de Israel”, se referindo ao primeiro-ministro Binyamin Netanyahu.

Gleisi afirmou nesta terça-feira, 2, que a entidade a acusa injustamente de preconceito e antissemitismo. “Nunca fizemos nem estimulamos declarações ou atitudes antissemitas, pois respeitamos todos os povos e religiões. Criticamos sim e continuaremos criticando o massacre do povo palestino pelo governo Netanyahu, em Gaza e na Cisjordânia, que há muito extrapolou o legítimo argumento da defesa de Israel e se transformou em operação de genocídio.”

A resposta de Gleisi foi à nota de repúdio publicada pela Conib contra ela, no último 31 de dezembro, em que a entidade diz que a parlamentar “insiste em defender” o jornalista Brenno Altmann, e acusa a confederação de ter “dupla lealdade”, o que a entidade aponta como “jargão clássico do antissemitismo”.

Isso porque, no dia anterior, Gleisi publicou em seu perfil no X uma nota em que diz considerar “muito grave a perseguição ao jornalista Brenno Altmann” realizada

pela Conib. “Não podemos ser coniventes com essa perseguição. A intolerância não é de Altmann, mas de uma entidade que nega aos judeus o direito de não aceitar a doutrina sionista, responsável pelo histórico massacre do povo palestino.”

Gleisi se refere a judicialização movida pela Conib, que entrou na Justiça de São Paulo contra o jornalista judeu Brenno Altmann, fundador do site Opera Mundi. O juiz Rafael Meira Hamatsu Ribeiro atendeu o pedido da confederação e ordenou a remoção de conteúdos das redes sociais do jornalista, no dia 24 de dezembro. A decisão não indica quais, quantos e quais foram os conteúdos dos posts retirados do ar.

**Leia a nota da Conib na íntegra:**

“A Conib repudia os comentários da presidente do Partido dos Trabalhadores, deputada Gleisi Hoffman (sic). O jornalista Breno Altman, fundador do site Opera Mundi, promove o antissemitismo e a desinformação, relativizando os assassinatos e estupro cometidos pelo Hamas e chamando judeus de ‘ratos’, o que foi reconhecido pelo Ministério Público e pela Justiça, que determinou a imposição de multa e a retirada de posts. A presidente do Partido dos Trabalhadores insiste em defendê-lo, questionando decisões judiciais. Além disso, a deputada faz uma afirmação preconceituosa em relação à Conib, ou seja, de dupla lealdade, jargão clássico do antissemitismo, que merece total reprovação.”

# Para IBGE, Brasil pode alcançar pleno emprego em 2026



O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, fez uma projeção otimista sobre o mercado de trabalho no Brasil em uma postagem na rede social X (antigo Twitter), na noite de segunda-feira, 1º.

O presidente do IBGE, Marcio Pochmann, afirmou que o mercado de trabalho brasileiro pode se aproximar do pleno emprego em 2026 caso a atividade econômica mantenha o dinamismo atual. O desafio, porém, é assegurar uma geração de postos de trabalho de qualidade. A projeção foi feita em postagem na rede so-

cial X, antigo Twitter, na noite de segunda-feira, dia 1º.

“Após a covid, a economia brasileira voltou a recuperar o nível de atividade ao ritmo de 3,6% ao ano, em média. Com isso, a ocupação acumulou o crescimento de 19,6% entre 2021 e 2023, o que permitiu reduzir em 35,4% o número total

de desempregados. Se mantiver o mesmo dinamismo econômico, o País poderá chegar ao ano de 2026 com a ocupação quase plena da força de trabalho. Um trunfo extremamente positivo, comparável à realidade do mundo do trabalho observada em 2014, 12 anos depois. Mas nem tudo é alvissareiro. A ques-

tão que emerge é a qualidade da ocupação gerada no País”, observou Pochmann.

O IBGE divulgou na semana passada que a taxa de desemprego no País caiu de 7,6% no trimestre terminado em outubro para 7,5% no trimestre encerrado em novembro, menor resultado desde fevereiro de 2015, segundo os dados da Pnad Contínua. Considerando apenas trimestres terminados em novembro, a taxa de desocupação foi a mais baixa desde 2014.

O País registrou uma geração de 853 mil vagas em apenas um trimestre, levando a um recorde de 100,5 milhões de pessoas trabalhando. O contingente de desempregados recuou em 209 mil pessoas em um trimestre, totalizando 8,202 milhões de pessoas em busca de trabalho no trimestre até novembro, menor nível desde abril de 2015.

Houve geração de 515 mil vagas com carteira assinada no setor privado em apenas um trimestre, totalizando 37,727 milhões de pessoas trabalhando nessas condições, o segundo maior contingente desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012, atrás apenas do desempenho de junho de 2014.

# Após 1 ano de suspensão, autorização de CACs voltam a ser emitidas pelo Exército

O Exército vai voltar a emitir, a partir deste mês, autorizações para colecionadores de armas, atiradores desportivos e caçadores (CACs). Os novos registros estavam suspensos desde o início do governo Lula por decreto que reverteu a política armamentista da gestão Bolsonaro (PL).

A retomada da emissão dos chamados Certificados de Registro (CR) foi expressa em um comunicado e em uma portaria do Exército, publicados no fim de dezembro.

A nova regulamentação era aguardada pelo mercado de armas desde julho, quando um novo decreto de Lula sinalizou que a emissão de novos registros seria retomada a partir de uma deliberação do Exército.

**Exigências** - A portaria dos militares traz uma série de especificações sobre o acesso de civis aos chamados produtos controlados. Uma das principais mudanças é referente ao prazo de validade dos CRs. Com Bolsonaro, ele era de dez anos. Agora, os documentos precisarão ser renovados a cada três anos.

Além disso, todos os CRs emitidos antes das novas regras



O Exército vai voltar a emitir, a partir deste mês, autorizações para colecionadores de armas, atiradores desportivos e caçadores (CACs) perderão a validade em julho de 2026 e precisarão ser renovados para que permaneçam regulares.

O Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército publicou nota, em 22 de dezembro, destacando que as solicitações de interessados que já

havam sido enviadas ao Sistema de Gestão Corporativo do Exército serão devolvidas para que a nova documentação exigida seja anexada.

Graças a medidas pró-armas baixadas no governo Bolsonaro, os CACs se tornaram o maior

segmento armado do País. Em 2019, eram 197 mil. Em julho de 2023, 803 mil. Para efeito comparativo, estima-se em cerca de 406 mil o número de policiais militares ativos de todos os Estados e em 365 mil o total de homens das Forças Armadas.

# STF realiza exposição para lembrar ataques de 8 de janeiro

Um ano após vândalos depredarem órgãos e instalações públicas na Praça dos Três Poderes, em Brasília, o Supremo Tribunal Federal (STF) promoverá a exposição: “Após 8 de janeiro: Reconstrução, memória e democracia”.

O objetivo da iniciativa é preservar a memória institucional do STF. A mostra trará cenas que simbolizam a retomada das atividades da Casa diante da tentativa golpista, e, também, dos esforços das equipes envolvidas na reconstrução e restauração do patrimônio da Suprema Corte.

Parte da mostra vai expor peças do projeto “Pontos de Memória”, implementado logo após os atos antidemocráticos. Trata-se da exposição de peças

danificadas, de fragmentos decorrentes da violência e de demais vestígios físicos do ataque.

A cerimônia de abertura da mostra contará com a presença do presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, e ocorrerá no Hall dos Bustos na próxima segunda-feira, 8, às 14h. Estarão presentes os demais ministros, autoridades e convidados.

No dia seguinte, terça-feira, 9, o público geral terá acesso a exposição que ocorrerá no térreo do Edifício Sede, das 13h às 17h.

Exposição: “Após 8 de janeiro: Reconstrução, memória e democracia”; Visitação aberta ao público: terça-feira (9), das 13h às 17h; Local: térreo do Edifício-Sede do STF.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Leia e assine: 5584-0035





# ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

## Analistas mantêm previsão de Selic no fim de 2024 em 9,00% ao ano

Na primeira divulgação do ano para o Boletim Focus, o mercado não alterou suas expectativas para a Selic. Para o fim do atual ciclo de flexibilização, a mediana seguiu em 9,00% ao ano no encerramento de 2024 de uma semana para a outra. Há um mês, a estimativa era de 9,25% ao ano.

Em dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central cortou a Selic pela quarta vez consecutiva em 0,50 pp, para 11,75% ao ano. O colegiado manteve a sinalização de que o ritmo de corte de 0,50 ponto percentual continua sendo o mais apropriado para as próximas reuniões. Posteriormente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, enfatizou que essa mensa-

gem vale para dois encontros: de janeiro e março de 2024.

No encontro de dezembro, o Copom repetiu que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos. No Boletim Focus, a projeção para a Selic no fim de 2025 continuou em 8,50% ao ano, patamar em que já se encontrava um mês antes. Para 2026, a projeção também seguiu em 8,50% ao ano pela 22ª semana consecutiva.

## IPC-S sobe 0,29% em dezembro e fecha o ano passado em 3,55%

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) da FGV acelerou a 0,29% em dezembro, após encerrar novembro em 0,27% e a terceira quadrissemana de dezembro em 0,18%. Com o resultado, o indicador fechou 2023 com alta de 3,55%, ante elevação de 4,28% registrada em 2022.

Os resultados vieram acima das medianas do mercado, que apontavam variações de 0,25% para o IPC-S do mês e de 3,48% para 2023.

Nesta leitura, seis das oito classes de despesa que compõem o indicador registraram aceleração, com destaque para Alimentação (0,60% para 1,01%) que foi puxada por hortaliças e legumes (3,36% para 7,07%).

Também houve avanço de Saúde e Cuidados Pessoais

(-0,31% para -0,10%), Vestuário (0,25% para 0,52%), Transportes (-0,10% para -0,03%), Despesas Diversas (0,07% para 0,10%) e Habitação (0,23% para 0,24%) puxados, respectivamente, por artigos de higiene e cuidado pessoal (-2,20% para -1,47%), roupas masculinas (0,22% para 0,71%), gasolina (-0,92% para -0,53%), conselho e associação de classe (0,02% para 0,37%) e equipamentos eletrônicos (-0,38% para 0,22%).

Por outro lado, a FGV apurou desaceleração em Educação, Leitura e Recreação (0,67% para 0,42%) e Comunicação (-0,35% para -0,39%), com destaque para o comportamento dos itens passagem aérea (2,98% para 1,55%) e mensalidade para TV por assinatura (0,26% para -0,17%), respectivamente.

## Receita inicia adesão a programa para quitação de dívida

Começou ontem, 2, o período de adesão de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de Tributos, da Receita Federal, em que dívidas podem ser pagas sem multas e juros. O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizar débitos tributários administrados pela Receita.

Segundo o órgão, podem ser incluídos tributos que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização, e tributos constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 e 1.º de abril de

2024, prazo final para adesão.

A dívida pode ser liquidada com redução de 100% de multas e juros, sendo necessário o pagamento de 50% como entrada e o restante parcelado em até 48 mensalidades. Quem não aderir ao programa estará sujeito a multas de mora de 20%. A autorregularização incentivada abrange todos os tributos administrados pela Receita Federal.

Para aderir à autorregularização de tributos, o contribuinte precisa fazer um pedido por meio do portal e-CAC, da Receita Federal. A aceitação implica confissão extrajudicial irrevogável da dívida.

## Haddad diz a jornal que MP da compensação estava ‘mais ou menos’ precificada com o Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ao jornal O Globo que a Medida Provisória que estabelece as compensações pela extensão da desoneração da folha de pagamentos até 2027 estava “mais ou menos precificada com o Congresso”.

O pacote tem sido alvo de duras críticas de parlamentares e dos setores econômicos, já que prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos. Além disso, a MP prevê a limitação das compensações tributárias decorrentes de

decisões judiciais e a retomada da tributação sobre o setor de eventos.

“Essa MP já estava mais ou menos precificada com o Congresso. Conversei antes com os presidentes da Câmara (Arthur Lira) e do Senado (Rodrigo Pacheco), uma vez que não estava prevista no Orçamento a renúncia da desoneração (sobre a folha salarial). Menos ainda a questão dos municípios (que passaram a ter novo regime de contribuição previdenciária)”.

# Focus prevê redução da inflação oficial deste ano em 3,9%

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerado a inflação oficial do país – teve variação, passando de 3,91% para 3,9% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem (2), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2025 e 2026, a projeção da inflação permaneceu em 3,5%, nos dois anos.

A estimativa para 2024 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

O Focus continua trazendo as previsões para 2023, já que os números ainda estão sendo consolidados. Para o mercado finan-



(Foto: Tânia Régio/Agência Brasil)

O aumento de preços dos alimentos pressionou o resultado da inflação em novembro, que ficou em 0,28%, segundo o IBGE.

ceiro, a inflação do ano passado deve ficar em 4,46%. Os dados de 2023 serão divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no próximo dia 11.

Em novembro de 2023, o aumento de preços dos alimentos

pressionou o resultado da inflação. O IPCA ficou em 0,28%, segundo o IBGE. O percentual foi maior que a taxa de setembro, que teve alta de 0,24%.

A inflação acumulada em 2023 atingiu 4,04%. Nos últimos 12 meses, o índice consolidado

está em 4,68%.

A meta definida pelo CMN para 2023 é de 3,25%, também com tolerância de 1,5 ponto percentual. Segundo o BC, no último Relatório de Inflação, a chance de o índice oficial superar o teto da meta em 2023 é 17%.

# Juros do rotativo estão limitados a 100% do valor da dívida desde ontem



(Foto: Agência Brasil/Arquivo)

Segundo os dados mais recentes do Banco Central, em novembro, os juros do rotativo do cartão de crédito estavam, em média, em 431,6% ao ano

Sem acordo entre o governo e os bancos, os juros da dívida do rotativo do cartão de crédito e da fatura parcelada passaram a ser limitados a 100% da dívida a partir de ontem (2). Instituído pela lei do Programa Desenrola, sancionada em outubro, o teto foi regulamentado no fim de dezem-

bro pelo CMN. A Lei do Desenrola havia estabelecido 90 dias para que as negociações entre o governo, o Banco Central, as instituições financeiras, o Congresso e o Banco Central chegassem a um novo modelo para o rotativo do cartão de crédito. Caso contrário, valeria o modelo em vigor no

Reino Unido, que estabelece juros até o teto de 100% do total da dívida, que não poderá mais subir depois de dobrar o valor.

Logo após anunciar a decisão do CMN, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ressaltou que, durante esse período de 90 dias, as instituições financeiras não

apresentaram nenhuma proposta. “Se vocês pensarem no Desenrola, esse era um dos grandes problemas do país. As pessoas [que renegociaram os débitos no programa] estavam, muitas vezes, com dívidas dez vezes superior à original”, disse o ministro. “Agora, a dívida não poderá dobrar”, comentou o ministro na ocasião.

**Simulação** - Com o teto de juros do rotativo e da fatura parcelada, quem não pagar uma fatura de R\$ 100, por exemplo, e empurrar a dívida para o rotativo, pagará juros e encargos de no máximo R\$ 100. Dessa forma, a dívida não poderá ultrapassar R\$ 200, independentemente do prazo.

“Suponha que uma pessoa contrate uma dívida de R\$ 1 mil no cartão de crédito e não pague. Ela estaria sujeita a quase 450% ou 500% de juros no ano [pelas regras anteriores]”, disse Haddad ao anunciar o teto das taxas. “Com essa medida, não vai poder exceder 100%.”

Segundo os dados mais recentes do Banco Central, em novembro, os juros do rotativo do cartão de crédito estavam, em média, em 431,6% ao ano. Isso significa que uma pessoa que entre no rotativo em R\$ 100 e não quita o débito deve R\$ 531,60 após 12 meses.

## Relatório revela que 10% dos declarantes do IR concentram 51% da renda no País

Um relatório publicado pelo Ministério da Fazenda, no último dia 29 de dezembro, detalha a desigualdade na distribuição da renda e da riqueza da população brasileira. O estudo analisou dados do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) de 2021 e 2022.

Pelo levantamento, 10% dos declarantes de Imposto de Renda concentram 51% da renda total do país em 2022. Pouco mais da metade das pessoas que declararam o imposto têm menor renda e concentram 14% do total de ganhos. Em 2022, cerca de 38,4 milhões de contribuintes apresentaram declaração do Imposto de Renda, o que corresponde a 35,6% da População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil.

A declaração de IRPF é obrigatória para todas as pessoas residentes no Brasil que tenham recebido ao menos R\$ 28.559,70 de rendimentos tributáveis, R\$142.798,50 em receita bruta da atividade rural ou R\$ 40 mil em rendimentos, inclusive não tributados ou tributado na fonte. Também devem declarar aqueles que têm mais de R\$ 300 mil em bens e direitos, quem obteve

ganhos de capital na alienação de bens ou direitos ou optou pela isenção sobre a venda de imóveis seguido da aquisição de outro em até 180 dias, além de pessoas que realizaram operações em bolsa de valores.

**Riqueza** - Em relação à riqueza, que soma bens e direitos declarados no IR, a concentração é ainda maior. Os 10% mais ricos concentram 58% da riqueza nacional. A pesquisa mostra que a maior isenção de Imposto de Renda é sobre lucros e dividendos, que é a remuneração dos acionistas de empresas, que chega a 35% do total. Essa questão inclusive está em debate no Congresso Nacional. A segunda maior isenção é de pequenas e microempresas optantes do Simples.

Outro dado mostrado no estudo é que quanto maior a renda, maiores são as despesas dedutíveis apresentadas, como médicas, de dependentes e previdência. As deduções se concentram em despesas médicas, 38% do total, e da Previdência Social, 32%. Os 10% mais ricos concentram 41% do valor de todas as despesas dedutíveis no IR.

## Febraban projeta crescimento da carteira de crédito de 8,3% para 8,5% neste ano

Para 2023, estimativa de alta da carteira caiu de 7,4% para 6,9%

Os bancos melhoraram as previsões para o desempenho dos empréstimos em 2024, em meio a visão de que os juros vão continuar em queda e a inadimplência vai se reduzir. A projeção de crescimento da carteira de crédito total deste ano cresceu de 8,3% para 8,5%, revela a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) de dezembro, divulgada ontem, 2.

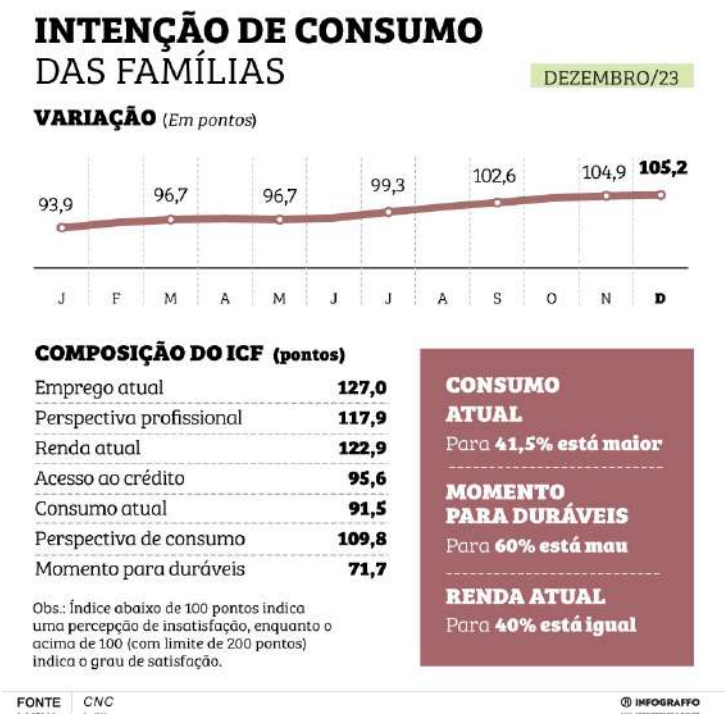
O levantamento da Febraban registrou alta para 2024 na expectativa tanto na carteira livre de crédito, como na direcionada. No caso da carteira livre, mais sensível ao ciclo da economia, a projeção subiu de 8,2% para 8,4%, enquanto para a direcionada, avançou de 8,5% para 8,6%.

Já para 2023, a estimativa de alta da carteira caiu de 7,4% para 6,9%, comparando a pesquisa de dezembro com a de novembro. Juros altos, em dois

dígitos, inadimplência subindo e vários problemas em empresas explicam a desaceleração dos empréstimos ao longo de 2023.

A pesquisa da Febraban é feita a cada 45 dias, logo após a divulgação da Ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) e mostra a estimativa dos bancos para o comportamento de diversas variáveis da economia ao longo deste e do próximo ano. A edição divulgada hoje foi feita com entrevistas com 18 bancos entre 20 e 22 de dezembro.

**Inadimplência** - Em relação à taxa de inadimplência da carteira livre, a pesquisa capturou estabilidade na projeção tanto para 2023 como para 2024. Para 2023, a projeção é de taxa de calotes de 4,9% da carteira, o que corresponde ao nível atual do indicador (dado de outubro do Banco Central), o que segundo a Febraban reforça a tese de que a trajetória de alta da inadimplência chegou ao fim. Em 2024, a projeção permaneceu em 4,6% ao final do ano, o que significaria alguma queda ante 2023.





# ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

## Gasolina e diesel entram em 2024 perto da paridade com o mercado internacional, afirma Abicom

Os preços da gasolina e do diesel no Brasil entraram em 2024 praticamente em paridade com os preços do mercado internacional, segundo dados da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que, no entanto, vê janelas abertas apenas para a compra de gasolina, que está há 74 dias sem reajuste nas refinarias da Petrobras e com preço 1% acima do praticado no Golfo do México, referência dos importadores brasileiros.

O preço do petróleo no patamar de US\$ 77 o barril e o câmbio estabilizado em torno dos R\$ 4,8 ajudam a conter os preços no mercado interno, segundo a Abicom.

Já para o diesel, cujo preço foi reduzido duas vezes em dezembro pela Petrobras, as oportunidades de importação estão fechadas. A Acelen, que controla a Refinaria de Mataripe, única unidade de refino privada relevante, também reduziu na última quarta-feira do ano passado, 27, o preço do diesel em R\$ 0,10/litro.



O preço do diesel está 2% abaixo do praticado no Golfo do México nas refinarias da Petrobras e 1% a menos na média das refinarias brasileiras. No ano passado, a estatal reduziu o diesel em 22,5%, sendo a última queda promovida na semana passada, da ordem de 7,9%,

ou R\$ 0,30 por litro. No início de dezembro a estatal já havia reduzido o preço do diesel em R\$ 0,27/litro.

Desde maio, a Petrobras abandonou a política de paridade com a importação (PPI) e adotou uma estratégia comercial baseada no custo alternativo do

cliente, como valor a ser priorizado na precificação, e o valor marginal para a Petrobras. De acordo com o presidente da estatal, Jean Paul Prates, a nova estratégia deu maior previsibilidade para o mercado, ao mesmo tempo em que manteve a lucratividade da companhia.

## Déficit em C/C em 2023 segue em US\$ 32,00 bilhões, prevê Focus

Os economistas do mercado financeiro mantiveram a estimativa de déficit em conta corrente do balanço de pagamentos para 2023 no Boletim Focus desta semana. A projeção deficitária seguiu em US\$ 32,00 bilhões como na semana passada, mas menor do que os US\$ 36,02 bilhões de um mês atrás. Para 2024, a estimativa de déficit passou de US\$ 40,10 bilhões para US\$ 40,30 bilhões, ante US\$ 445,66 bilhões há quatro semanas.

Em relação ao superávit da balança comercial em 2023, a projeção cedeu de US\$ 81,40 bilhões para US\$ 81,30 bilhões. Mesmo assim, ficou maior do que a mediana de US\$ 78,40 bilhões de um mês atrás. Para 2024, a mediana superavitária

passou de US\$ 71,00 bilhões para US\$ 70,50 bilhões, de US\$ 67,20 bilhões quatro semanas antes.

Mesmo com a desaceleração dos fluxos nos últimos meses, os analistas consultados semanalmente pelo BC avaliam que o ingresso de Investimento Direto no País (IDP) será mais do que suficiente para cobrir o rombo em transações correntes neste e no próximo ano.

A mediana das previsões para o IDP em 2023 oscilou de US\$ 60,00 bilhões para US\$ 59,00 bilhões. Há quatro semanas, estava em US\$ 62,80 bilhões. Para 2024, a estimativa permaneceu em US\$ 65,00 bilhões de uma semana para a outra, ante US\$ 70 bilhões de um mês antes.

## Grandes empresas do País devem começar ano em negociação com credores

Uma fila de empresas já se forma para entrar em 2024 na mesa de negociação com seus credores. O varejo está no começo dela, com nomes como Casas Bahia, por exemplo. Há também a aviação. No final do ano passado, a Gol contratou a consultoria Seabury Capital para se posicionar para uma ampla revisão de sua estrutura de capital, envolvendo renegociações com investidores estrangeiros e bancos locais. Alguns no mercado apostam que a aérea pode repetir a Latam e entrar com pedido de recuperação judicial nos Estados Unidos.

Outros nomes são Unigel, que já ingressou em uma mediação com seus credores, garantindo 60 dias de proteção contra cobranças, após debenturistas pedirem o vencimento antecipado de suas dívidas, e a General Shopping. Esta última tem um passivo com detentores de títulos de dívida externos (bonds) de mais de US\$ 800 milhões e uma disputa na Justiça desde 2019 com esse grupo. Para a Fitch, a situação financeira da dona de 16 empreendimentos imobiliários no País é “insustentável”.

“Vai ser um primeiro semestre de desdobramentos de casos em andamento e com potencial de surgimento de casos emblemáticos em diferentes indústrias”, disse o sócio do escritório Pinheiro Neto, Giuliano Colombo. Ele afirma, entretanto, que não necessariamente serão reestruturações sob supervisão da Justiça e que a primeira tentativa das empresas deve ser de negociações privadas, para evitar o desgaste do processo de recuperação judicial.

A impressão de especialistas no mercado de reestruturação financeira de empresas é de que os

primeiros seis meses de 2024 darão continuidade ao ano passado. O início do ciclo de corte de juros ainda não terá produzido efeitos no custo do dinheiro para as companhias, enquanto o crescimento econômico ainda patina. “A taxa de juro em dois dígitos deve ser mantida até boa parte do ano e isso é agressivo à estrutura de capital para a grande maioria das companhias, que têm alavancagem (endividamento) alta”, disse o diretor de finanças corporativas e reestruturação do FTI Capital

## Relação dívida/PIB em 2023 passa de 61,20% para 61,05%, afirma Focus



Após uma semana de piora, o primeiro Boletim Focus de 2024 trouxe uma melhoria nas projeções fiscais de 2023. A estimativa para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB) em 2023 passou de 61,20% para 61,05%, voltando a ficar próximo

da taxa de 61,00% exibida um mês atrás.

Já no caso do déficit primário em relação ao PIB neste ano, a mediana passou de 1,40% para 1,50%, contra 1,10% de um mês antes. O Ministério da Fazenda buscava entregar um resultado deficitário de 1,00% do PIB em 2023. Na semana passada,

o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o déficit primário deste ano deve ficar em torno de 1,20% do PIB e que, se o resultado for confirmado, será “muito satisfatório para o exercício”.

Com a autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para o governo quitar um esto-

que de cerca de R\$ 93 bilhões em precatórios ainda em 2023, a estimativa do Focus para o déficit nominal do ano passado seguiu em 8,30% do PIB de uma semana para a outra, ante 7,60% de um mês atrás. O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o resultado nominal reflete o saldo já após o gasto com juros e outras despesas financeiras.

2024 - Para o próximo ano, a estimativa para a dívida líquida passou de 64,50% para 64,45% do PIB, ante 63,95% de quatro semanas antes. Já o déficit primário esperado para 2024 seguiu em 0,80% do PIB. O déficit nominal projetado na Focus também se manteve em 6,80% do PIB. Há um mês, os percentuais já eram os mesmos.

No fim de agosto, o governo apresentou o projeto de lei orçamentária de 2024 ao Congresso. A peça prevê superávit de R\$ 2,8 bilhões em 2024 (0% do PIB), mas depende da arrecadação de R\$ 168,5 bilhões em medidas extras, entregues ao Parlamento junto com o Orçamento.

## Governo lança programa para montadoras; previsão é de R\$ 19 bi em incentivos

O governo lançou um novo programa de incentivo ao setor automotivo, o Mover, que vai custar R\$ 19,3 bilhões em incentivos fiscais até 2028. Segundo o vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, o benefício tributário ao segmento será financiado, em parte, pelo aumento do imposto de importação dos carros elétricos e híbridos, anunciado em novembro.

O programa deve substituir o Rota 2030 e prevê a tributação diferenciada para a veículos sustentáveis, incentivos para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento para as indústrias de mobilidade e logística, e requisitos obrigatórios para a comercialização de veículos produzidos no País e para a importação de veículos novos.

A medida provisória que criou o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial da União de sábado e detalhada ontem por Alckmin. A previsão do governo é de que, neste ano, o programa custe R\$ 3,5 bilhões.

O incentivo será concedido

às montadoras para investimentos na descarbonização, ou seja, na produção de veículos que reduzem as emissões de gases de efeito estufa, especialmente os híbridos e os elétricos. A concessão de incentivos tributários, porém, é um tema que divide economistas, uma vez que cria vantagens artificiais para produtores nacionais, o que reduz a eficiência da economia.

Ontem, Alckmin afirmou que o objetivo é incentivar a produção local. As alíquotas de importação, que estavam zeradas para carros elétricos desde 2015, e reduzidas para os híbridos, voltam a subir gradualmente a partir deste mês e retornarão a taxa cheia, de 35%, ao longo de três anos.

“Os veículos (importados) terão aumento gradual até 2027 para que produzam no Brasil, fabriquem no Brasil. Nós queremos fábrica aqui e não virar importador de produtos. Então instalem a fábrica aqui”, disse Alckmin. Haverá cotas para fabricantes e importadores sem o aumento do imposto, mas, segundo Alckmin, elas vão cair anualmente.

## Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira tomam posse na terça-feira, 2, como diretores do BC

Os economistas Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira irão tomar posse como diretores do Banco Centra, hoje, 2, informou na sexta-feira, 29, a instituição. Em nota, o BC também comunicou uma mudança na designação da diretoria colegiada do órgão. Embora Teixeira tenha sido indicado originalmente para substituir o diretor Maurício Moura na Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, o novo integrante do BC indicado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) irá ocupar a diretoria de Administração.

Hoje o cargo é de Carolina Barros, que, a partir do dia 2, ficará com a Diretoria de Relacionamento. De acordo com o Banco Central, a alteração foi promovida “em total consonância e com a concordância unânime” de toda a diretoria, e atende ao disposto no Regimento Interno do BC.

“O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, comunica ao mesmo tempo uma alteração na designação da Diretoria Colegiada. A partir de 2 de janeiro de 2024, a diretora de Administração, Carolina Barros,

passará a ocupar a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta em substituição ao atual diretor Maurício Moura, cujo mandato encerra-se em 31 de dezembro de 2023”, apontou o BC.

Já o economista Paulo Picchetti substituirá Fernanda Guardado na Diretoria de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, conforme inicialmente previsto.

Os mandatos de Picchetti e Teixeira como diretores do BC se estenderão até 31 de dezembro de 2027, podendo ser renovados por mais quatro anos, como previsto na Lei de Autonomia do BC.

“A Direção do BC externa o agradecimento ao trabalho desenvolvido por Fernanda Guardado e Maurício Moura ao longo de seus respectivos mandatos como diretores do BC. Em todo momento, atuaram com dedicação integral e sempre buscando o máximo de excelência tanto pessoal como de suas equipes. Deram contribuições fundamentais para manter o alto nível das entregas feitas pelo BC para a sociedade”, afirmou a instituição.

## Carros elétricos que estourarem cotas de importação pagarão tarifas

A partir deste mês, carros elétricos, híbridos e híbridos plug-in comprados fora do país voltam a pagar Imposto de Importação. As alíquotas serão gradualmente recompostas até chegarem a 35% em julho de 2026.

Nesse período, haverá cotas iniciais para compras do exterior com isenção. Dessa forma, as tarifas incidirão apenas caso as importações superarem os limites estabelecidos.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, a medida pretende ajudar a indústria nacional, desenvolvendo a cadeia produtiva do setor e acelerando a descarbonização (redução de emissões de gás carbônico) da frota brasileira.

O cronograma de recomposição das alíquotas para carros elétricos é o seguinte: 10% de Imposto de Importação em janeiro de 2024; 18% em julho de 2024; 25% em julho de 2025; e 35% em julho de 2026.

Para carros híbridos, cujas baterias se recarregam nas fre-

adas ou no funcionamento do motor a combustão, a tarifa será restabelecida da seguinte forma: 12% em janeiro de 2024; 25% em julho de 2024; 30% em julho de 2025; e 35% em julho de 2026.

Os carros híbridos plug-in, também movidos a combustíveis fósseis e recarregados na tomada, serão tarifados em 12% em janeiro de 2024; 20% em julho de 2024; 28% em julho de 2025; e 35% em julho de 2026.

Há ainda uma quarta categoria, a de “automóveis elétricos para transporte de carga”, ou caminhões elétricos, que começarão com taxação de 20% em janeiro e chegarão aos 35% já em julho de 2024. Nesse caso, a retomada da alíquota cheia é mais rápida porque existe uma produção nacional suficiente.

A decisão foi aprovada em novembro pelo Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A resolução com as novas alíquotas e as cotas foi publicada no fim de novembro.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Leia e assine: 5584-0035





INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Líder da oposição da Coreia do Sul é esfaqueado no pescoço

Presidente do Partido Democrático, o principal da oposição na Coreia do Sul, Lee Jae-myung foi esfaqueado no pescoço por um homem com uma faca, durante uma visita à cidade de Busan, no sudeste do país, afirmou a polícia. Lee, de 59 anos, foi levado por via aérea a Seul para uma cirurgia, após receber tratamento de emergência em Busan. A polícia e agentes de emergência haviam afirmado anteriormente que o político estava consciente após o ataque e não apresentava quadro crítico, embora seu estado exato seja desconhecido.

O ataque ocorreu no momento em que Lee andava em meio a uma multidão de jornalistas e outros, após um giro por um lugar proposto para ser um novo aeroporto em Busan.

O agressor se aproximou, disse que queria um autógrafo e então esfaqueou Lee, segundo Sohn Jae-han, autoridade policial da cidade. Agentes do partido logo contiveram o agressor, antes que a polícia o prendesse.

Sohn disse que o suspeito, de cerca de 67 anos, disse a investigadores que havia comprado a faca online. A polícia investigava o motivo do ataque. O presidente do país, Yoon Suk Yeol, expressou grande preocupação pela saúde de Lee e ordenou que o ataque seja investigado, dizendo que violência do tipo não pode ser tolerada, segundo seu escritório.

Lee perdeu a eleição presidencial em 2022 para Yoon por 0,7 ponto porcentual, na disputa mais apertada da história do país.

Terremoto no Japão: alerta de tsunami se estende para Rússia e Coreia do Sul

Cidades costeiras da Coreia do Sul e do extremo oriente da Rússia entraram em alerta para a possibilidade de ondas de tsunami ONTEM, 1º, após uma série de fortes terremotos abalarem o Japão.

“As áreas costeiras da costa ocidental de Sakhalin podem ser afetadas pelas ondas do tsunami”, alertou o Ministério de Situações de Emergência da Rússia no Telegram. As autoridades de Vladivostok, uma importante cidade portuária russa, aconselharam os pescadores a regressar ao porto. Até a publicação desta matéria, não houve

a retirada de moradores dessas cidades.

Na vizinha Coreia do Sul, a agência meteorológica pediu aos residentes de algumas cidades costeiras do leste a ficarem atentos a possíveis mudanças no nível do mar. As ondas de tsunami que ocorrem mais tarde podem ser maiores que as iniciais. Uma longa série de sismos, de magnitude até 7,6, sacudiu o centro do Japão nesta segunda-feira. O país está sob alerta para o risco de ondas de tsunami que podem atingir cinco metros, informaram as autoridades japonesas.

Reitora de Harvard renuncia após polêmicas de plágio e antissemitismo

A reitora de Harvard, Claudine Gay, renunciou nesta terça-feira, 2, em meio a acusações de plágio e críticas sobre a forma como lidou com o antissemitismo no campus da prestigiada universidade americana após o conflito em Gaza. Claudine, a primeira presidente negra de Harvard, anunciou sua saída poucos meses após seu mandato, em uma carta à comunidade de Harvard.

A acadêmica se viu envolvida em polêmicas depois de se recusar a dizer inequivocamente se o apelo ao genocídio dos judeus violava o código de conduta de Harvard, durante uma audiência no Congresso ao lado dos reitores do MIT e da Universidade da Pensilvânia, no mês passado. Os três presidentes haviam sido convocados para responder às acusações de que as universidades não estavam protegendo os estudantes judeus em meio aos crescentes temores de antissemitismo.

Claudine disse que dependia do contexto, acrescentando que quando “a fala se cruza com a conduta, isso viola as nossas políticas”. A resposta enfrentou uma rápida reação por parte dos legisladores republicanos e de alguns legisladores democratas, bem como da Casa Branca. Mais tarde, Claudine pediu desculpas, dizendo ao jornal estudantil The Crimson que ela se envolveu em uma discussão acalorada na audiência.

“O que eu deveria ter tido a presença de espírito de fazer naquele momento era retornar à minha verdade orientadora, que é que os apelos à violência contra a nossa comunidade judaica - ameaças aos nossos estudantes judeus - não têm lugar em Harvard e nunca permanecerão incontestados.”, disse.

Acusações de plágio Após a audiência no Congresso, a carreira acadêmica de Claudine ficou sob intenso escrutínio por ativistas conservadores que desenterraram vários casos de suposto plágio em sua tese de doutorado de 1997. O conselho administrativo de Harvard inicialmente apoiou a então reitora, dizendo que uma revisão de seu trabalho acadêmico revelou “alguns casos de citação inadequada”, mas nenhuma evidência de má conduta de pesquisa.

Dias depois, a Harvard Corporation revelou que encontrou

dois exemplos adicionais de “linguagem duplicada sem atribuição apropriada”. O conselho disse que ela atualizaria sua dissertação e solicitaria correções.

Claudine Gay, que fez história como a primeira negra a dirigir a poderosa universidade de Cambridge, Massachusetts, disse em sua carta de demissão que foi vítima de ataques pessoais e racismo.

“Tem sido difícil ver o meu compromisso de enfrentar o ódio e defender o rigor acadêmico ser questionado... e aterrorizante ser alvo de ataques pessoais e ameaças alimentadas pelo racismo”, escreveu. Mas ela, que voltará ao corpo docente da universidade, acrescentou “ficou claro que é do interesse de Harvard que eu me demita para que a nossa comunidade possa navegar neste momento de desafio extraordinário”.

A Harvard Corporation disse que a demissão veio “com grande tristeza” e agradeceu a Claudine por seu “compromisso profundo e inabalável com Harvard e com a busca pela excelência acadêmica”.

Alan M. Garber, reitor e diretor acadêmico, atuará como reitor interino até que Harvard encontre um substituto, informou o conselho em comunicado. Garber, economista e médico, atuou como reitor por 12 anos.

Saída celebrada por republicanos - Mais de 70 legisladores, incluindo dois democratas, pediram a renúncia. Vários ex-alunos e doadores importantes de Harvard também pediram sua saída. Mesmo assim, mais de 700 professores de Harvard assinaram uma carta de apoio à chanceler.

A demissão de Claudine foi celebrada pelos conservadores que colocaram o seu alegado plágio no centro das atenções nacionais. Christopher Rufo, um ativista que ajudou a mobilizar o Partido Republicano contra a teoria racial crítica e outras questões culturais, disse estar “feliz por ela ter partido”.

“Em vez de assumir a responsabilidade de minimizar o antissemitismo, cometer plágio em série, intimidar a imprensa livre e prejudicar a instituição, ela chama seus críticos de racistas”, disse Rufo no X, antigo Twitter. Rufo acrescentou que “este é o veneno” da ideologia da diversidade, da equidade e da inclusão. (Com agências internacionais)

Israel retira milhares de soldados de partes de Gaza, mas combates continuam em outras áreas

Milhares de soldados israelenses estão deixando a Faixa de Gaza, informaram ontem, dia 1º, as Forças Armadas do país. Trata-se da primeira retirada significativa de tropas desde o início da guerra, porém forças de Israel continuam presentes na principal cidade no sul do enclave.

O movimento das tropas poderia significar que os confrontos estão sendo reduzidos em algumas áreas de Gaza, sobretudo na metade norte da região, onde militares haviam dito que estavam próximos de assumir o controle operacional.

Israel tem sido pressionado pelo seu principal aliado, os Estados Unidos, a começar a fazer uma transição para um confronto de menor intensidade. Os relatos sobre um recuo ocorrem antes de uma visita do secretário de Estado americano, Antony Blinken, à região, após o governo Joe Biden ter contornado o Congresso pela segunda vez em dezembro para aprovar vendas de armas emergenciais para Israel.

Mas os duros confrontos continuam em outras áreas da Faixa de Gaza, sobretudo na cidade de Khan Younis, no sul



Israel tem sido pressionado pelo seu principal aliado, os Estados Unidos, a começar a fazer uma transição para um confronto de menor intensidade.

do país, e em zonas centrais do território. Israel tem afirmado que manterá os ataques até que seus objetivos na guerra sejam atingidos, inclusive desmantelar o Hamas, que controla Gaza há 16 anos.

Os militares israelenses afirmaram ontem em comunicado que cinco brigadas esta-

vam sendo retiradas de Gaza nas últimas semanas para treinamento e repouso. Em briefing no domingo, 31, Daniel Hagari, porta-voz do Exército, anunciou a retirada, sem especificar o número de soldados que saíram de Gaza nem dizer se isso significava uma nova fase da guerra. “Os objetivos

da guerra exigem combate prolongado, e estamos nos preparando de acordo”, afirmou.

Israel tem prometido esmagar as forças do Hamas e sua capacidade de governar, na guerra detonada pelo ataque do grupo militante em 7 de outubro no sul israelense, que deixou 1.200 mortos.

Rússia envia número recorde de drones à Ucrânia, em meio a confrontos



A polícia e os militares ucranianos coletam fragmentos de um drone russo abatido próximo ao buraco que deixou na fachada de alguns edifícios residenciais.

A Rússia lançou o número recorde de 90 drones do tipo Shahed sobre a Ucrânia, nas primeiras horas do novo ano, afirmou a Força Aérea ucrania-

na nesta segunda-feira, dia 1º. Moscou, por sua vez, reportou sobre ataques ucranianos.

Um adolescente de 15 anos morreu e outras sete pessoas

se feriram, após os restos de um dos 87 drones derrubados terem atingido um prédio residencial na cidade de Odessa, afirmou o chefe da administra-

ção militar da região, Oleh Ki-per. Os restos causaram ainda pequenos incêndios, inclusive em um porto.

Na cidade de Lviv, no oeste, a ofensiva russa causou danos graves em um museu dedicado a Roman Shukhevych, um polêmico nacionalista ucraniano e comandante militar que lutou pela independência do país durante a Segunda Guerra. Edifícios universitários em Dubliany também reportaram estragos, sem vítimas.

Por outro lado, um líder regional nomeado pelo Kremlin, Denis Pushilin, afirmou que quatro pessoas morreram e outras 13 ficaram feridas, após um bombardeio ucraniano contra zonas ocupadas pela Rússia em Donetsk. Meios estatais russos disseram que entre as vítimas havia jornalistas, sem dar detalhes. O governador Vyacheslav Gladkov afirmou que uma pessoa morreu e outra se feriu em um bombardeio sobre a cidade fronteiriça russa de Shebekino.

Fonte: Associated Press.

Terremotos o Japão deixam pelo menos 48 mortos e autoridades renovam alertas sobre tremores

O Japão atualizou para 48 o número de mortos, após uma série de terremotos que chegaram a até 7,6 graus de magnitude na segunda-feira, dia 1º. Réplicas do abalo continuaram a afetar a província de Ishikawa e autoridades alertaram que mais terremotos podem ocorrer.

Outras 16 ficaram gravemente feridas, enquanto os danos às casas eram tão grandes que não puderam ser avaliados imediatamente, disseram as autoridades. Relatos da mídia japonesa indicaram que dezenas de milhares de residências foram destruídas.

Ondas com mais de um metro atingiram alguns lugares. Pessoas evacuadas de suas casas se reuniram em auditórios, escolas e centros comunitários. Os serviços de trem-bala na região foram interrompidos, mas grande parte foi restabelecida nesta terça-feira, 2. Trechos de rodovias foram fechados. Meteorologistas previram chuva, gerando preocupações



Pessoas evacuadas de suas casas se reuniram em auditórios, escolas e centros comunitários.

sobre edifícios e infraestrutura já desmoronados.

Alertas de tsunami - A Agência Meteorológica do Ja-

pão emitiu, na segunda-feira, um alerta de tsunami importante para Ishikawa e alertas ou avisos de tsunami de nível inferior

para o restante da costa oeste da ilha principal do Japão, Honshu, e também para a ilha do norte de Hokkaido.





GERAL

EDIÇÃO NACIONAL

Como tirar o título de eleitor ou mudar local de votação:

O alistamento eleitoral pode ser feito presencialmente ou pela internet. No primeiro caso, a pessoa que quer se alistar para votar deve procurar o cartório eleitoral mais próximo de sua residência para fazer o pedido. A lista de endereços dos cartórios está nos sites do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de cada Estado. Também é possível fazer o alistamento eleitoral em uma unidade de atendimento da zona eleitoral em que o cidadão pretende votar. Neste caso, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é importante verificar se há necessidade de agendamento.

Outra opção para o alistamento é de forma remota, por meio dos sites do TSE ou dos TREs estaduais. No canto su-

perior, na aba “serviços eleitorais”, basta clicar em auto “autoatendimento eleitoral”. Depois disso, basta ir em “título eleitoral”.

Neste espaço, basta clicar na opção “tire o seu título eleitoral” (se o objetivo for tirar seu primeiro título), ou em “atualize ou corrija seu título eleitoral”, se o interesse for pela transferência (em caso de alteração de domicílio eleitoral, quando já há inscrição eleitoral em qualquer município ou zona, unidade da Federação ou país). Na mesma operação pode ser feita retificação de dados ou revisão (quando o objetivo for alteração do local de votação no mesmo município, ainda que haja mudança de zona eleitoral, retificar dados pessoais ou regularizar

situação de inscrição cancelada). No site do TSE também é possível consultar a situação eleitoral ou regularizar um título eleitoral cancelado, entre outros serviços.

No caso do alistamento eleitoral (primeiro título) ou da transferência, serão exigidos (digitalizados ou fotografados), os seguintes documentos:

- documento oficial de identificação (frente e verso, quando for o caso);
- comprovante de vínculo com o município (vínculo residencial - neste caso, o comprovante de endereço -, afetivo, familiar, profissional, comunitário ou de outra natureza que justifique a escolha da cidade);
- comprovante de pagamento de débito (quando houver valor a ser pago à Justiça

Eleitoral;

- comprovante de quitação militar, obrigatório somente às pessoas do gênero masculino que pertençam à classe dos conscritos, ou seja, os brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro do ano em que completarem 19 anos de idade. O documento será exigido do homem transgênero que tenha retificado o gênero no registro civil até 31 de dezembro do ano que completou 19 anos, conforme o artigo 35, parágrafo 7º, da Resolução TSE nº 23.659/2021;
- uma foto estilo selfie, em que a pessoa aparece segurando o documento oficial de identificação ao lado da face. Não devem ser utilizados acessórios que dificultem reconhecer o rosto, tais como bonés, gorros etc.

MP-RJ obtém decisão judicial que obriga Enel a apresentar plano de contingência para Petrópolis

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ) informou nesta terça-feira, 2, que obteve decisão judicial obrigando a Enel Distribuição Rio a apresentar até o próximo dia 15 um plano de contingência específico para a temporada de verão no município de Petrópolis, na região serrana fluminense. Segundo a medida, no mesmo prazo, a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep) deverá apresentar o Plano de Podas e Cortes de Árvores da cidade.

A decisão favorável à ação civil pública ajuizada pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Petrópolis foi concedida no último dia 27 pela 4ª Vara Cível do município.

O objetivo é buscar “medidas concretas para o restabelecimento célere de energia na cidade em caso de apagões”, após “inúmeras reclamações protocoladas junto ao MP-RJ em relação ao evento climático que se abateu sobre Petrópolis no início da noite do dia 18 de novembro, quando diversas localidades ficaram sem o fornecimento de energia elétrica por um longo período”, informou o órgão, em nota.

“Em caso de descumprimento da determinação judicial, a Enel poderá ser multada

em R\$ 300 mil e a Comdep, em R\$ 100 mil. O gerente operacional da concessionária e o presidente da companhia também podem ser penalizados em R\$ 25 mil”, acrescentou o MPRJ.

No último dia 25 de dezembro, a Enel informou que tempestades danificaram parte da rede de transmissão da empresa no Estado do Rio de Janeiro, afetando o fornecimento de energia elétrica em alguns municípios.

“A região Noroeste é a mais afetada, seguida dos municípios de São Gonçalo, Duque de Caxias, Macaé, Itaboraí e Rio das Ostras. Aumentamos em até seis vezes o número de equipes nas regiões mais afetadas para restabelecer o serviço o mais rapidamente possível”, alertou a Enel em postagem na rede social X, antigo Twitter, no último dia 26, acrescentando que 84% dos clientes impactados tiveram o fornecimento de luz restabelecido na ocasião.

A empresa também reportou ter empreendido uma operação emergencial para a reconstrução de uma linha de distribuição de alta tensão afetada pela queda de duas torres de eletricidade que pertenceriam a Pequenas Centrais Hidrelétricas na região de Itapeiruna, no noroeste fluminense.

Sobe para cinco total de mortos em desabamento em Aracaju

Mais dois corpos foram retirados ontem (2) dos escombros de um prédio residencial que desabou em decorrência de uma explosão, em Aracaju, Sergipe, no último domingo (31). As duas vítimas são uma mulher e um homem que aparentam ter mais de 50 anos.

Os corpos foram encontrados em locais diferentes do imóvel, separados por uma laje, o que dificultou o resgate pela situação de instabilidade. Segundo a tenente-coronel Carla Andrade, do Corpo de Bombeiros Militar, os cadáveres foram encaminhados para o Instituto Médico Legal para identificação.

“Neste momento, o alto comando do sistema de segurança pública está reunido com os administradores do edifício para coletar mais documentação sobre os inquilinos que residiam no local e certificar se ainda há pessoas desaparecidas”, disse. A reunião do Comitê de Gerenciamento de Crise da gestão municipal definirá o encerramento das buscas por vítimas.

**Botijão de gás** - O edifício, na avenida João Ribeiro,



Os corpos foram encontrados em locais diferentes do imóvel, separados por uma laje, o que dificultou o resgate pela situação de instabilidade.

no bairro de Santo Antônio, teria desabado após a explosão causada por vazamento de um botijão de gás em uma das unidades do condomínio, ainda pela manhã do último dia de 2023. Outras 14 vítimas foram resgatadas com vida, sendo

que quatro precisaram receber atendimento médico e duas seguem internadas.

Três famílias que viviam no prédio foram acolhidas em abrigos mantidos pela secretária da Assistência Social de Aracaju. A prefeitura também informou

que realiza um levantamento para garantir o aluguel social e todo o suporte necessário às vítimas do desabamento.

Segundo a Secretaria de Segurança municipal, a Polícia Civil instaurou um inquérito nesta terça-feira para apurar o caso.

Projeto Celular Seguro ultrapassa 1 milhão de usuários cadastrados

O projeto Celular Seguro, criado pelo governo federal para combater furtos e roubos de dispositivos móveis, ultrapassou a marca de 1 milhão de usuários cadastrados, anunciou há pouco o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Os dados foram computados até o sábado, 30, e indicam que mais de 750 mil celulares foram cadastrados pelo site ou aplicativo. Ao todo, foram 7.005 alertas de usuários referentes a perdas, furtos ou roubos de aparelhos celulares.

O Celular Seguro foi lançado em 19 de dezembro pelo Ministério da Justiça como forma de amenizar os efeitos dos roubos e furtos de celulares no País.

Com o aplicativo, os usuários podem bloquear o aparelho e aplicativos digitais em apenas um clique.

Cada usuário cadastrado pode indicar pessoas de confiança que poderão bloquear os aparelhos em caso de roubo, furto ou perda. Os usuários também podem fazer o próprio bloqueio acessando o site por um computador.

“O Celular Seguro vem se mostrando uma ferramenta de combate efetivo a um dos principais crimes presentes no dia a dia das cidades”, disse o ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Ricardo Cappelletti, no comunicado divulgado nesta segunda-feira, 1º.

Quatro morrem após passarem mal dentro de BMW

Três homens e uma mulher morreram após serem encontrados passando mal no começo da manhã de ontem, dentro de uma BMW estacionada no Terminal Rodoviário de Balneário Camboriú, em Santa Catarina.

Conforme o Corpo de Bombeiros Militar do Estado (CBMSC), as vítimas, que tinham entre 16 e 24 anos, sofreram paradas cardiorrespiratórias. Houve tentativas de reanimá-las por volta de 7h30, mas elas não resistiram. O caso é apurado pela Polícia Civil.

Uma das hipóteses da Polícia Civil é de que as mortes teriam ocorrido por uma intoxicação decorrente de uma falha mecânica do veículo. Após a ocorrência, familiares das vítimas relataram que a BMW havia passado por uma adulteração

recente no escapamento, informação que é apurada pela polícia. “Há necessidade de exames complementares, mas a perícia apontou uma perfuração no escape entre o motor e o painel do automóvel, e que teria vazado monóxido de carbono para dentro do veículo, que teria causado asfixia e parada cardiorrespiratória nos ocupantes”, disse ao site g1 o delegado Bruno Effori.

Effori afirmou que o grupo era composto por amigos e familiares de Paracatu, município no interior de Minas. Eles haviam passado o réveillon em Balneário Camboriú e estavam voltando para São José, município onde estavam hospedados.

Após a festa da virada, um carro seguiu com parte da família para a cidade vizinha e outro, com as quatro vítimas, foi para

a rodoviária de Balneário Camboriú por volta de 3h. O objetivo era buscar uma quinta pessoa, que havia chegado de ônibus de Minas.

Assim que estacionaram no local, porém, os quatro passageiros começaram a passar mal dentro do carro. Com isso, o grupo optou por aguardar um pouco por lá mesmo, após a chegada da pessoa que haviam ido buscar, mas não houve melhora. O resgate, então, foi acionado.

O Corpo de Bombeiros afirma que as mortes foram decretadas no próprio local, “após 40 minutos de procedimentos avançados de reanimação”, por integrantes da corporação e socorristas do Samu Conforme a corporação, a causa das paradas cardiorrespiratórias ainda é desconhecida.

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Dados de 2022

1,9 milhão de menores são submetidos a trabalho ilegal



PERFIL

65,1% eram homens

66,3% eram pretos ou pardos

87,9% frequentavam a escola

35,7% residiam em domicílio que recebia Bolsa Família ou BPC

40,6% trabalhavam até 14 horas semanais

46,2% faziam trabalhos que envolviam risco

O rendimento médio real foi estimado em R\$ 503 por mês

FONTE | IBGE

® INFOGRAFFO

Helicóptero com quatro pessoas cai em lago em Capitólio, no interior de Minas

Um helicóptero com quatro pessoas caiu na manhã de ontem, 2, no Lago de Furnas, em Capitólio, na região centro-oeste de Minas Gerais. Três pessoas foram resgatadas e uma quarta teria submergido com a aeronave, segundo informações iniciais do Corpo de Bombeiros.

A corporação foi acionada para atender a ocorrência por volta de 9h20 desta terça-feira. Equipes do Samu também estiveram presentes para auxiliar

nos resgates. Imagens de câmeras de segurança da região registraram o momento da queda do helicóptero.

Conforme o Corpo de Bombeiros, o piloto e outros dois passageiros foram resgatados após o acidente. Eles foram levados para hospitais da região. O estado de saúde dos ocupantes do aparelho não foi divulgado.

Ainda de acordo com a corporação, houve também uma avaliação do ponto da queda da

aeronave para início da operação de buscas por mergulhadores embaixo d’água. Não há informações sobre o paradeiro do quarto ocupante.

**Queda de rocha** - A queda do helicóptero ocorre quase dois anos após o desabamento de uma estrutura rochosa atingir quatro lanchas e deixar dez mortos na região dos cânions de Capitólio. O acidente, ocorrido no dia 8 de janeiro de 2022, também feriu outras 31 pessoas.





ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

## Endrick canta sertanejo com a namorada em vídeo que viraliza nas redes sociais

A contagem regressiva para a saída de Endrick começou. Se de um lado a torcida espera que demore para que o astro do Palmeiras embarque rumo ao Real Madrid, do outro, o atacante não está nada preocupado. Curtindo suas férias, o camisa 9 do atual campeão brasileiro está aproveitando para relaxar. Recentemente, foi filmado cantando sertanejo.

Nos primeiros dias do ano, Endrick foi gravado em um momento de lazer cantando em um bar com sua namorada, a modelo e influenciadora Gabriely Miranda, de 20 anos. Num primeiro momento, o jogador se mostrou tímido. Mas, quando chegou o refrão da música “Caso indefinido”, de Cristiano Araújo, ele se soltou. O casal ficou abraçado o tempo todo e, em seguida, foi aplaudido.

As férias do jovem atleta, no entanto, não têm sido apenas de curtição. Após a conquista do Brasileirão, o atacante de 17 anos viajou à Espanha para conhecer as instalações do Real Madrid, clube que irá defender a partir de julho deste ano. Também ouviu conselhos do técnico Carlo Ancelotti e assistiu à partida do time merengue contra o Villarreal, no Santiago Bernabéu.

O primeiro jogo do Palmeiras, atual campeão paulista, em 2024 será diante do Novorizontino, no dia 21, fora de casa, pela 1ª rodada do Paulistão. Endrick será uma das peças-chave do técnico Abel Ferreira na defesa do troféu estadual.

**Quem é Gabriely Miranda, namorada de Endrick?**

Bicampeão brasileiro, Endrick, aos 17 anos, já atingiu

um patamar de craque no futebol nacional, e é observado com muita atenção na Espanha, para onde vai em junho, quando se apresenta ao Real Madrid.

Em dezembro de 2023, ele foi premiado na 54ª edição do prêmio Bola de Prata, realizada pelos canais ESPN, com o troféu de revelação do Brasileirão. Na cerimônia, Endrick apareceu, pela primeira vez em público, com a namorada Gabriely Miranda, de 20 anos.

Palmeirense, a modelo e influenciadora soma mais de 360 mil seguidores no Instagram. Antes mesmo de dar início ao seu relacionamento com Endrick - eles começaram a namorar, segundo o atacante, em 29 de outubro, após a vitória do Palmeiras sobre o Bahia, por 1 a 0 -, Gabriely já aparecia com frequência aos jogos do clube no Allianz Parque. Em 2023, a modelo foi a três partidas: contra o São Paulo, pela Copa do Brasil; Deportivo Pereira, na Libertadores; e novamente diante do São Paulo, desta vez pelo Brasileirão, em partida que terminou em 5 a 0 para o time alviverde.

“Parabéns amor, Deus abençoe todos teus caminhos. Você merece”, escreveu a modelo em seu Instagram após a premiação da Bola de Prata, em foto ao lado de Endrick. Agenciada pela E Model, Gabriely já posou para diversas marcas de roupas, de óculos, joias e artigos esportivos. Em novembro, quando torcedores e fãs de Endrick especularam sobre o possível relacionamento do casal, ela tinha pouco mais de 40 mil seguidores nas redes - aumentou esses números em mais de 200% em um mês.

## Ponte Preta se reapresenta e anuncia nova fornecedora de material esportivo

A Ponte Preta se reapresentou ontem para começar a pré-temporada, visando o Paulistão, que começa em 20 de janeiro. A agenda deste primeiro dia são exames e avaliações clínicas e cardiológicas. Os trabalhos com bola devem acontecer apenas nos próximos dias.

A Ponte Preta conta com 15 jogadores, mas a lista deve aumentar com oficializações de reforços e renovações durante esta semana. Além do Paulistão, a Ponte Preta terá a Série B do Campeonato Brasileiro em 2024, uma vez que não participará da Copa do Brasil pela primeira vez desde 2009.

Fora de campo, a Ponte Preta confirmou o retorno da empresa Diadora como fornecedora de material esportivo. A parceria já tinha ocorrido no fim da década de 1990 e agora terá validade de três anos, ou seja, até 2026.

“História e tradição não se compra no mercado da esquina, se forja na raça e na batida do peito. Pra fazer história, você não precisa ser bom, você preci-



sa ser o melhor. E pra continuar este grande legado de origem Italiana e excelência Brasileira, é com muito orgulho que comunicamos que a Diadora é a nova fornecedora de materiais espor-

tivos da Macaca”, anunciou a Ponte Preta.

A Ponte Preta está no Grupo B, ao lado de Guarani, Palmeiras e Água Santa. Os times do mesmo grupo, porém, não se

enfrentam. A estreia será no sábado (20), às 20h15, diante do Mirassol, no Moisés Lucarelli, em Campinas (SP).

## Atacante Bruno José se despede publicamente do Guarani: ‘Estarei sempre na torcida’



O atacante Bruno José usou suas redes sociais para se despedir publicamente do Guarani. O jogador de 25 anos estava no clube paulista desde 2022, por empréstimo do Cruzeiro, e acertou no fim de novembro sua ida para o Júbilo Iwata, do Japão.

“Hoje e sempre Guarani. Foi uma honra e um prazer enorme vestir essa camisa. Quero deixar a minha gratidão a todos os torcedores e as pessoas que tive o privilégio de trabalhar no clube. Desejo sorte para todos que atuam e

lutam no dia a dia para fazer sempre o melhor. Estarei sempre na torcida pelo sucesso deste grande clube. Até logo. Obrigado, Bugrão!”, escreveu Bruno José.

Ao todo, foram 76 jogos com a camisa do Guarani, sete

gols e dez assistências. Nesta temporada, foi um dos destaques na campanha da Série B do Campeonato Brasileiro, em que ganhou ainda mais prestígio com a torcida.

A venda para o futebol japonês foi negociada pelo Cruzeiro, mas os valores não foram revelados. Entretanto, o Guarani ficará com 15% da negociação pela vitrine que foi para Bruno José nos últimos anos.

Aos 25 anos, Bruno José foi revelado pelo Internacional e depois passou por Botafogo-SP, Brasil de Pelotas-RS, CSA e Cruzeiro.

Sem Bruno José, o Guarani se prepara para disputar o Paulistão, que começará em 20 de janeiro. O Guarani está no Grupo B, ao lado da Ponte Preta, do atual campeão Palmeiras e do atual vice Água Santa.

Na competição, os times não enfrentam os adversários do mesmo grupo. A estreia será contra o Corinthians, na Neo Química Arena, em São Paulo (SP), em 21 de janeiro, domingo, às 18h.

## Ancelotti confirma contato com CBF, mas reforça decisão pelo Real: ‘Aconteceu o que eu queria’

Quatro dias após renovar seu contrato com o Real Madrid, Carlo Ancelotti reforçou sua decisão ontem e disse que “as coisas aconteceram como eu queria”. O técnico italiano também confirmou e agradeceu o contato de Ednaldo Rodrigues, presidente afastado da CBF.

“Todo mundo sabe, é a realidade, o Real Madrid também sabe que eu tive contato com o presidente da CBF, que era o Ednaldo Rodrigues. Quero agradecer-lo pelo carinho e interesse que demonstrou para que eu treinasse a seleção brasileira. Me senti muito honrado e orgulhoso, mas dependia da minha situação no Real Madrid. Isso estava claro para todos”, comentou Ancelotti.

O treinador, sem explicar se esta teria sido a causa da sua renovação com o Real, mencionou que Ednaldo deixou a presidência da CBF recentemente. “Nos últimos meses, aconteceu que o Ednaldo deixou de ser presidente da confederação, mas o contato aconteceu. No fim das contas, as coisas aconteceram como eu queria, que era continuar aqui”, declarou.

Questionado sobre o futuro, numa possível nova negociação para comandar a seleção brasileira, Ancelotti se esquivou. “Posso conceber isso, pensar em ser treinador do Brasil é um grande sonho, mas não sei se vão me querer em 2026. Não sei se eles estão felizes com a minha decisão”, disse o técnico, que renovou com o Real justamente até 2026.

A renovação foi anunciada na sexta-feira, ampliando o momento de crise e instabilidade vivido pela CBF, após o afastamento de Ednaldo, em decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no

início deste mês. A entidade vem sendo comandada temporariamente por José Perdigão de Jesus, que era o presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD). Ednaldo vem tentando retomar seu posto na Justiça, mas só sofreu derrotas recentemente, tanto no Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente afastado considerava Ancelotti o futuro treinador da seleção brasileira, em substituição a Fernando Diniz, contratado por um prazo definido de um ano, em julho de 2023. Na ocasião, Ednaldo anunciou também publicamente Ancelotti, que assumiria o cargo a tempo de liderar a seleção na Copa América, marcada para começar no fim de junho de 2024.

“Então, (Diniz) é um treinador que realmente a proposta de jogo dele é quase parecida também com a do treinador que assumirá a partir da Copa América, o Ancelotti. Tem quase o mesmo tipo de proposta de jogo”, declarou Ednaldo, na época.

Apesar das declarações do então mandatário da CBF, Ancelotti vinha se esquivando publicamente. Questionado diversas vezes sobre o seu futuro em entrevistas coletivas no Real, o italiano evitava confirmar qualquer acerto com a seleção brasileira. Em resposta, Ednaldo minimizava a postura do treinador. “É um detalhe dele. Isso aí, só ele para responder”, chegou a comentar.

O então presidente da CBF vinha tratando Diniz como o responsável por fazer uma transição na seleção, entre o fim da era Tite, encerrada em dezembro de 2022, e a chegada de Ancelotti, considerado referência pelo próprio treinador gaúcho.

## O que se sabe sobre o futuro de Mbappé, que já pode assinar pré-contrato e deixar o PSG

Nos últimos anos, Kylian Mbappé se tornou a cara e a força motriz do Paris Saint-Germain. Sua presença nos gramados não apenas elevou o status do clube, mas também alimentou as esperanças dos torcedores de conquistar a tão desejada Liga dos Campeões. Nomes como Neymar e Lionel Messi já chegaram e saíram e nada do troféu chegar ao clube francês.

Quando o jovem atacante francês chegou ao PSG em 2017, junto ao Monaco, em uma transferência que reverberou por todo o mundo do futebol, as expectativas eram altas. Primeiro, foi um empréstimo. Depois, a compra por aproximadamente 180 milhões de euros (quase R\$ 1 bilhão na cotação atual). Desde então, ele provou ser mais do que apenas uma promessa, consolidando-se como uma estrela global do esporte. O protagonismo na conquista da Copa do Mundo de 2018 com a França é prova disso.

Desde que chegou a Paris, tem sido figura incontestável no time titular. E os números são ainda mais surpreendentes. São 282 jogos com 233 gols marcados. Foram inúmeros títulos conquistados, mas nunca uma Liga dos Campeões. O salário também chama a atenção. Por temporada, o craque francês de 25 anos ganha 72 milhões de euros, aproximadamente R\$ 386 milhões.



Por mais que seja valorizado, nos bastidores, especulações e rumores têm circulado sobre o futuro de Mbappé no Paris Saint-Germain há tempos. Há indícios de que o jogador estaria considerando novos desafios e oportunidades em sua carreira, levantando questões sobre a possibilidade de uma transferência impactante. O Real Madrid apareceu mais de uma vez como provável destino, mas o acerto nunca nada foi concretizado.

Os motivos por trás dessa potencial mudança variam, des-

de a busca por novos horizontes competitivos até fatores contratuais e financeiros. Clubes de todo o mundo estão atentos a qualquer desenvolvimento, ansiosos para aproveitar a oportunidade de contar com os serviços de um dos jogadores mais talentosos da atualidade.

À medida que o PSG enfrenta esse período de incerteza, os torcedores seguram a respiração, esperando por atualizações sobre o futuro de Mbappé. Afinal, a saída do jogador representaria não apenas a perda de uma peça-chave no elenco, mas tam-

bém o fim de uma era marcada pela ascensão meteórica de um talento extraordinário.

A notícia mais recente é de que o Liverpool estaria disposto a brigar forte para ter Mbappé. Segundo o jornal britânico Daily Mail, dois pontos estariam a favor dos ingleses: o técnico Jürgen Klopp, quem teria uma boa relação com Mbappé, e a própria mãe do atacante, que é torcedora do clube inglês. O Real Madrid, no entanto, sempre foi o favorito caso o atleta optasse por deixar o PSG.





**Agrogalaxy Participações S.A.**

CNPJ: 12.051.345/0001-53 - NIRE: 3530043552

**Minutes of the Extraordinary General Meeting Held on August 14, 2023**

**Date, Time and Place:** The meeting took place on August 14, 2023, at 10 a.m., at the headquarters of BM Empreendimentos e Participações S.A., located at Rua da Bandeira, 100, 13th floor, Vila Militar, CEP: 01332-000, Bela Vista City and state of São Paulo (Company or "Issuer"). **Call:** The call was waived in view of the attendance of all the Company's shareholders, according to the signatures at the Shareholders' Attendance Book. **Board:** The shareholders elected as chairman of the Board Mr. Ilan Meir David Elkaim, who invited as secretary of the Board Mrs. Natalia Souza. **Agenda:** The Company's shareholders met to appraise, discuss and resolve on: (i) the issuance of the 14<sup>th</sup> (fourteenth) issuance of simple unsecured Debentures, up to three series, convertible into common shares, for private placement, of the Company, in the amount of US\$ 13,795,746.00 (thirteen million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six American dollars) (the second series, up to US\$ 2,000,000.00 (two million American dollars)); and (ii) the third series, issued, up to US\$ 4,795,746.00 (four million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six American dollars and ninety five cents of American dollar) ("Issuance" and "Debentures", respectively), as well as the characteristics of the Issuance and the Debentures, whose main conditions are transcribed below; and (iii) the authorization for the Company's Board of Executive Officers to negotiate the terms and sign the respective Deed of Issuance of Debentures ("Deed"), as well as all the documents to which the Company is a party and any other instruments that may be necessary to execute the Issuance and the Debentures, and to execute the Issuance and the Debentures, and to execute the Issuance and the Debentures, by unanimous vote and without any reservations, to approve the Issuance of Debentures by the Company, through private subscription, according to the conditions and characteristics described in the Deed and below summarized. Capitalized terms, whether singular or plural, shall have the meaning assigned to them in this Minutes, when expressly defined, or in the Deed. **1. Issue Details:** (a) **subject Placement Procedures.** The Debentures are to a private placement, without intermediation of financial institutions that comprise the underwriting system of securities, given that the Debentures may only be subscribed by the Investors. (b) **Series:** The Issuance is made in up to three (3) **Total Value of the Issuance:** The total amount of the Issuance is US\$ 13,795,746.00 (thirteen million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six American dollars) (the second series, up to US\$ 2,000,000.00 (two million American dollars)); and (iii) the third series, issued, up to US\$ 4,795,746.00 (four million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six American dollars and ninety five cents of American dollar), with due regard to the provisions of Section 3.7.1 of the Deed. (c) **Number of Debentures:** Up to 13,795,746.00 (thirteen million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six) Debentures will be issued, provided that: (i) the first series shall be comprised of 7,000,000 (seven million) Debentures, issued, up to US\$ 7,000,000.00 (seven million American dollars); and (ii) the second series, issued, shall be comprised of up to 4,795,746 (four million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six) Debentures. (e) **Destination of Funds:** The funds raised by means of the Issuance (i) of the first and second series of Debentures shall be intended for the payment of the direct and indirect expenses related to the Project, and (ii) of the third series of Debentures, if issued, shall be intended for the payment and redemption of an amount of up to 4,795,746 (four million, seven hundred and ninety five thousand, seven hundred and forty six) Debentures of the previous series, as set forth in Section 3.8.1 of the Deed, including the 1<sup>st</sup> & 2<sup>nd</sup> Series Compensation accrued over the redeemed Debentures until their respective maturity date. (f) **Interest:** The third series of Debentures, if issued, shall be subject to a floating interest rate, as set forth in Section 3.8.1 of the Deed. (g) **Issuance in Series:** The Debentures of the first series of this 14<sup>th</sup> Issuance are issued on the date of execution of the Deed and shall be entirely subscribed and paid for by CTF. The Debentures of the second series may be issued between September 01, 2023 and September 30, 2023, after prior consultation set by electronic mail by the Issuer's chief executive officer to the members of the board of directors of the Issuer, informing the amount proposed to be issued at least five (5) Business Days in advance of the intended issuance date, and approved by electronic mail by an affirmative response from the majority of the board of directors until the (3) Business Days from the date of receipt of the consultation, regardless of the number of total Debentures to be issued. The Debentures of the third series of this 14<sup>th</sup> Issuance may be issued in accordance with Section 3.8 of the Deed, and if issued shall be entirely subscribed and paid for by RAPHAEL. A. Notwithstanding the total Issuance amount approved in accordance with Section 3.3 of the Deed, at any time during the entire term of this Issuance the total amount of Debentures issued and subscribed for and not yet redeemed or settled ("Outstanding Debentures") shall be limited to US\$ 9,000,000.00 (nine million American dollars). The Issuer shall not hold any Debentures in treasury. (h) **Issuance of Third Series:** RAPHAEL shall have the right to notify the Issuer to issue the third series of Debentures until 12 months after the date of the Issuance of the first series of Debentures. (i) **Transferability:** The Debentures of the first series, if issued, shall be transferable, and the Issuer shall use the records of the Issuance to redeem in advance the Debentures of the first series of Debentures, in a number equivalent to 34.7625% of the Debentures issued under each of such series, hence the total number of redeemed Debentures shall be equal to the amount of Debentures issued under the third series. (j) **Trading of the Debentures:** The Debentures may be transferred, assigned or traded to third parties after the Payment Date, in whole or in part, by the Debenture Holder and at any times between the respective Payment Date and the Maturity Date (as defined below), by means of a private negotiation, to be entered into directly between the respective Debenture Holder and the involved third party, provided, however, that: (i) no negotiation will be made in related securities markets; and (ii) transfer of the Debentures shall be subject to the prior approval of the Issuer. (k) **Registration:** The Debentures of the first series of Debentures shall be registered in the Registro de Investimento em Participações BM 888 Multistratégia ("BM EPI") dated as of November 26, 2023, as amended from time to time, amended and restated on December 13, 2019 and subsequently amended, currently in force by and among the Issuer, Raphael Investments S.A., Creditohold International Limited, L.A. 31, Allard Invest Brasil S.A., CTF São Paulo B.V. and São Paulo Investments B.V. (the "Quotaholders Agreement"). In a case of a transfer of Debentures as provided in the Deed, the Debenture-holder that transfers its Debentures must inform the Issuer about such transfer, and the Issuer shall make the necessary update of the Register of Debenture-holders. Once the assignment or transfer is informed to the Issuer, the Debenture-holder shall be deemed to have transferred its Debentures to the Issuer. (l) **Outstanding Balance:** The Outstanding Balance shall be exercised directly by the assignee, under the terms of this Deed. (m) **Investors:** The Debentures can be subscribed to and paid for solely by the Investors, by means of its signature, in conjunction with the Issuer, of the Debentures subscription form, to be executed in the form of Schedule I to the Issuance Deed, to be made on the respective Issuance date prior to the receipt of the amount by the Issuer. If there is trading of the Debentures by the Investors, all the provisions of the Issuance Deed, as well as the rights and obligations, as applicable, to the Investors, shall apply to the new Debenture holder(s) (the Investors who actually subscribe and pay for Debentures, together with the new Debenture holder(s), herein referred to as "Debenture-holders"). (n) **Subscription:** The Debentures of the first and second series shall be subscribed and paid for exclusively by CTF, while the Debentures of the third series shall be subscribed and paid for solely by RAPHAEL. The Debentures will be paid in cash in up to five (5) Business Days from the respective Issuance date. **2. Characteristics of the Debentures:** (a) **Issue Date:** For all legal intents and purposes, the date of issuance of the first series is August 14, 2023 ("1<sup>st</sup> Series Issuance Date"). (b) **Unit Par Value:** The unit par value of the Debentures is US\$ 1,000 (one American dollar) ("Unit Par Value"), on the respective Issuance Date. (c) **Form and proof of ownership:** The Debentures are book-entry, without the issuance of certificates. For all legal intents and purposes, the Issuer shall be deemed to have issued the Debentures, as evidenced by the registration book of Debenture-holders ("Register of Debenture-holders") of the Issuer. The Issuer shall: (i) maintain the Register of Debenture-holders up-to-date; (ii) provide to any of the Debenture-holders unrestricted access to the Register of Debenture-holders at any times until the full payment of the Outstanding Balance; and (iii) include all annotations requested by the Debenture-holders. (d) **Classification:** The Debentures are not secured by any collateral or guarantee. (e) **Price, Period and Form of Subscription:** All the Debentures of each series shall be subscribed on a single date, on the Issuance Date of the respective series, and will be paid in cash, in up to five (5) Business Days from the respective Issuance Date ("Issuance Date"). (f) **Interest:** The third series of Debentures, if issued, shall be subject to a floating interest rate, as set forth in Section 3.8.1 of the Deed. (g) **Subscription:** The Debentures of the first series shall be subscribed on a single date, on the date the third series of Debentures is effectively issued in accordance with the Issuance Deed, and will be paid in cash, in up to five (5) Business Days from such Issuance date, for an amount equivalent to the Unit Par Value accrued with the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series Compensation due from the 1<sup>st</sup> Series Issuance Date until the date of the effective payment of the third series of Debentures ("Subscription Price 3<sup>rd</sup> Series"). (h) **Payment:** The Debentures will be paid for through the payment of the amount in Brazilian Real equivalent to the Subscription Price or the Subscription Price 3<sup>rd</sup> Series, as the case may be, in American dollars, in accordance with the applicable PTAX rate (as published by the Central Bank of Brazil) on the day of payment. (i) **Default:** If the Debenture-holder fails to pay in the subscribed Debentures on the scheduled Payment Date, a ("Defaulting Investor"), the Debentures subscribed by such Defaulting Investor will be automatically cancelled by the Issuer. (j) **Maturity Date:** The maturity date of the Debentures is August 14, 2025 ("Maturity Date"), except in the case of acceleration of maturity of the Debentures and the right of conversion into shares of the Issuer, pursuant the Issuance Deed. (k) **Compensation:** The Debentures of the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> series shall be subject to monthly monetary restatement based upon the accumulated variation of the Broad Consumer Price Index published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - "IBGE" ("IPCA"), calculated pro rata temporis on consecutive days (from day 360), whose product of the rate of variation of the IPCA shall be automatically incorporated into the Unit Par Value of the Debentures of the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series of the Issuance of the Debentures, as the case may be ("Unit Par Value"), and increased exponentially by an interest rate of 7% (seven percent) per year from the respective Payment Date until the Maturity Date or until the effective payment of the Outstanding Balance or the Conversion Date, as applicable ("1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series Compensation"). A. The Debentures of the third series shall be subject to monthly monetary restatement based upon the accumulated variation of the IPCA, calculated pro rata temporis on consecutive days (the base being 360), whilst the product of the monetary adjustment of the Debentures shall be automatically incorporated into the Unit Par Value or into the interest rate of the Debentures of the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series of the Issuance of the Debentures, as the case may be, by an interest rate of 7% (seven percent) per year from the respective Payment Date until the Maturity Date or until the effective payment of the Outstanding Balance or the Conversion Date, as applicable ("3<sup>rd</sup> Series Compensation", and together with the 1<sup>st</sup> & 2<sup>nd</sup> Series Compensation, the "Compensation"). B. For purposes of the Deed, the "Outstanding Balance" of each Debenture shall be considered as the sum of: (i) the Subscription Price or the Subscription Price 3<sup>rd</sup> Series, as the case may be; (ii) the Compensation accrued in accordance with Section 4.9 or 4.11, as the case may be; (iii) the Default Charges incurred until the effective date of payment of the Debentures (or any other date on which the Outstanding Balance shall be calculated pursuant to the Deed); and (iv) any amounts that may be due from the Issuer to the Debenture-holder, in accordance with the Deed. (l) **Payment:** The Debentures will be paid for through the payment of the amount in Brazilian Real equivalent to the Subscription Price or the Subscription Price 3<sup>rd</sup> Series, as the case may be, in American dollars, in accordance with the applicable PTAX rate (as published by the Central Bank of Brazil) on the day of payment. (m) **Conversion:** The Debentures of the 1<sup>st</sup> and 2<sup>nd</sup> Series of the Issuance of the Debentures shall be convertible into shares of the Issuer, pursuant to Article V of the Deed, the Issuer shall be paid in one single installment, on the Maturity Date or on the Early Maturity Date, as the case may be, together with the Unit Par Value. (n) **Amortization of Unit Par Value:** The Nominal Value per Debenture will be fully paid in a single installment on the Maturity Date. No partial amortization of the Debentures will be allowed. (o) **Renegotiation:** The Debentures are not subject to renegotiation. (p) **Acceleration:** Notwithstanding the other rights of the Debenture-holders under the Deed or under applicable law, the Debenture-holders may accelerate the acceleration of maturity of the Debentures upon the occurrence of any of the following events (each, an "Event of Default"): (i) the non-payment of the Outstanding Balance or the Conversion Date, as applicable, by the Debenture-holder; (ii) the occurrence of any of the Events of Default, the Outstanding

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

**PREGÃO PRESENCIAL REABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:**

**Nº: 022/2023 - OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL LOCAÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA A GCM - **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 24 de janeiro de 2024, às 09:00 horas, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. Os editais e seus anexos estarão disponíveis no site [www.suzano.sp.gov.br](http://www.suzano.sp.gov.br). Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

**AFRÂNIO EVARISTO DA SILVA** - Secretário Municipal de Segurança Cidadã.

**1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ABERTO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

**Nº: 007/2023/SME - OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME LEI 11.947/2009, ATUALIZADA PELA LEI 13.987/2020 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD 04, DE 02 DE ABRIL DE 2015 - **RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** até 23 de janeiro de 2024, às 16:00h, junto ao Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Rodrigo Antônio, 831, Vila Figueira - Suzano/SP. **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 24 de janeiro de 2024, às 09:00 horas, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. Eventuais esclarecimentos pelo telefone (11) 4749-4356/(11) 4743-2033.

**LEANDRO BASSINI** - Secretário Municipal de Educação.

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertos os pregões eletrônicos abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3625.0100. Os editais também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, [www.taubate.sp.gov.br](http://www.taubate.sp.gov.br).

**1º. Pregão eletrônico nº 449/23**, que cuida do registro de preços para eventual fornecimento parcelado de peças automotivas, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 483/23**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de insumos para equipamentos de roçagem em áreas verdes, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 484/23**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de medicamentos (diversos XIV), por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 477/23**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de roçagem e poda conforme Decreto de Padronização nº 1.676/2017, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 13h30. **Pregão eletrônico nº 486/23**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de discos de corte, disco de desbastes e tela PB 138, 159 e 196, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 13h30. **Pregão eletrônico nº 488/23**, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de medicamentos (diversos XV), por um período de 12 (doze) meses, prorrogável, uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 13h30. **Pregão eletrônico nº 451/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recondicionamento de bombas e bicos injetores de veículos pesados e máquinas, incluindo todas as peças e componentes necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos pesados e máquinas pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 455/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de moleiro para manutenção dos caminhões, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhonetes e picapes de diversas marcas, pertencentes à Frota Patrimonial da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 468/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de recondicionamento de diferencial, incluindo em sua composição mão de obra, bem como a troca de peças e todos os componentes e materiais necessários para a execução dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 16.01.24 às 13h30. **Pregão eletrônico nº 468/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção de pneus hidropneumáticos para os veículos leves, semipesados, pesados e máquinas pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 19.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 439/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em serviços de usinagem e mecânica, com fornecimento de mão de obra para os veículos leves, veículos pesados e máquinas pertencentes ao quadro da Prefeitura Municipal de Taubaté, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 19.01.24 às 08h30. **Pregão eletrônico nº 456/23**, que cuida do registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos Ambulâncias da Municipalidade e Resgates do Corpo de Bombeiros, incluindo em sua composição mão de obra, bem como todos os componentes necessários ao completo e perfeito funcionamento dos mesmos, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez, por igual período, com encerramento dia 19.01.24 às 13h30. PMT, aos 02.01.2024. JOSE ANTONIO SAUD JUNIOR - Prefeito Municipal.

**adjORI**BR   
JORNAIS DO INTERIOR



# CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

## STF recebe ação contra lei do PR que proíbe linguagem neutra e flexão de gênero nas escolas e Administração Pública estaduais

A Aliança Nacional LGB-TI+ e a Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas (Abrafh) pedem a suspensão de lei do Paraná que proíbe o uso de linguagem neutra/inclusiva e flexão de gênero em documentos da Administração Pública, escolas e bancas examinadoras de concursos públicos. As duas entidades ajuizaram Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7564) para suspender os efeitos da Lei estadual 21.362/2023.

Argumentam que a proibição do uso da linguagem neutra e da flexão de gênero é arbitrária e que a medida viola os princípios da razoabilidade e da isonomia.

Acrescentam que compete exclusivamente à União editar leis referentes às diretrizes e bases da educação e que, além disso, a Constituição Federal impede atos de censura prévia e que afrontem a liberdade de expressão, de aprendizado e de ensino.

Por fim, as entidades argumentam que é inadequada, desnecessária e desproporcional a medida. Segundo elas, não cabe o argumento da lei de prevalência da gramática, da norma culta, sobre a linguagem coloquial, pois a língua é dinâmica e evolui independentemente de consensos normativos.

O relator da ação é o ministro Luiz Fux.

## CNI questiona alteração no regime de contratação de seguro de cargas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a validade de norma que impõe ao transportador a contratação de seguro obrigatório sobre o transporte de cargas, bem como a elaboração de um plano de gerenciamento de risco. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7579 está sob a relatoria do ministro Nunes Marques.

De acordo com a entidade, a alteração do artigo 13 da Lei 11.442/2007 feita pela Lei 14.599/2023 desestrutura o mercado, pois aumenta os custos econômicos, devido a um maior valor dos fretes e dos produtos; concentra o mercado de transporte de cargas; além de reduzir a segurança nas estradas. O novo regime limita a liberdade de contratar e a livre concorrência, em violação a diversos preceitos constitucio-

nais, como o princípio da não intervenção na economia e no mercado.

**Liberdade contratual** - Segundo a CNI, antes da alteração legislativa, em regra, cabia a quem enviava a carga (embarcador) fazer o seguro do transporte. Isso porque a contratação era feita por quem tinha interesse em proteger a carga e possuía informações necessárias para adotar medidas efetivas de redução dos riscos.

Para a autora, o regime anterior era mais adequado às diferentes realidades do mercado de transporte, pois apresentava maior liberdade contratual. A CNI explica que, antes da alteração legislativa, as partes avaliavam cada operação a fim de escolher quem contrataria o seguro com mais eficiência econômica, logística e com gerenciamento de riscos.

## Supremo invalida ascensão funcional sem concurso público no Tribunal de Contas do Amazonas

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou trechos de três leis do Amazonas que permitiam o provimento de servidores ocupantes de cargos de nível fundamental e médio em cargo de nível superior no Tribunal de Contas do estado (TCE-AM). O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6532 se deu em sessão virtual, encerrada em 11/12.

De acordo com o presidente do STF e relator da ADI, ministro Luís Roberto Barroso, trata-se de ascensão funcional em afronta à regra da obrigatoriedade de concurso público, pois servidores ocupantes de cargo de nível fundamental e médio foram investidos em cargo com atribuições e requisitos de ingresso distintos daquele para o qual foram aprovados.

Para os ministros, os tre-

chos violam a obrigatoriedade de concurso público para ocupar cargo público, prevista na Constituição Federal. No caso, pessoas que foram aprovadas para o cargo de assistente de controle externo (nível fundamental e médio) passaram a ocupar o cargo de analista técnico de controle externo (nível superior), desde que atendido o nível de escolaridade e o tempo de serviço.

**Efeitos da decisão** - Como a legislação estadual vigorou por 16 anos, o STF determinou que a decisão seja eficaz somente a partir da publicação da ata do julgamento, ressaltando as situações consolidadas exclusivamente para fins de aposentadoria. Também congelou, na data da publicação da ata do julgamento, o valor nominal das remunerações vigentes dos servidores afetados pela decisão.

## STJ não vê propaganda enganosa em campanha de ar-condicionado “silencioso” e afasta dano moral coletivo

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que afirmar, em campanha publicitária, que determinado aparelho de ar-condicionado é silencioso não gera danos morais coletivos. Com essa conclusão, o colegiado considerou improcedente ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF).

O MPF sustentou que a campanha violou direitos difusos do consumidor, o qual teria sido induzido em erro ao acreditar que o aparelho de ar-condicionado não faria nenhum barulho – o que não seria verdade.

O juízo de primeiro grau e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) concluíram que os consumidores teriam sido iludidos ao ser atribuída uma característica inexistente ao aparelho anunciado.

O recurso apresentado ao STJ argumentou que a campanha publicitária foi divulgada antes da vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC), razão pela qual não poderia haver a aplicação retroativa de suas regras nem de seus conceitos jurídicos, como o de propaganda enganosa. Destacou ainda que os aparelhos funcionavam regularmente, sem qualquer comprovação de que um grande número de consumidores tenha se frustrado com a compra.

**Puffing: técnica publicitária de mero exagero comparativo é admitida**

O ministro Raul Araújo considerou “bastante questionável” o entendimento das instâncias de origem, responsáveis por analisar as provas periciais, ao classificarem a propaganda como enganosa, pois os fatos ocorreram antes do CDC.

## Uso de câmeras por policiais em SP deve ser implementado, mas ação apresentada não é meio próprio, diz STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, considerou que o uso de câmeras em operações policiais em São Paulo deve ser implementado, mas que o tipo de ação apresentada pela Defensoria Pública do estado não é o meio próprio para reverter decisão do Tribunal de Justiça (TJ-SP) que suspendeu a utilização.

Segundo consta na decisão do TJ, a utilização das câmeras representa um custo anual de R\$ 330 milhões a R\$ 1 bilhão, interferindo diretamente no orçamento e nas políticas públicas de segurança no estado. Ainda há recursos pendentes na Justiça Estadual. Ao STF, a Defensoria pediu o uso das câmeras sob o argumento de que os itens visam diminuir eventuais abusos nas ações policiais.

Ao analisar o pedido, o ministro apontou que o tema tem “indiscutível relevância”, pois, “de um lado, o uso desses equipamentos aumenta a transparência nas operações, coibindo abusos por parte da força policial e reduzindo o número de mortes nas regiões em confronto. De outro, serve de proteção aos próprios policiais, caso haja questionamento sobre o uso da força”.

Barroso também lembrou que o próprio STF já determinou ao Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, a instalação de



O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, ressaltou que, apesar de relevante, o tema envolve impactos complexos, inclusive aos cofres públicos, que ultrapassam o alcance do tipo de ação apresentada.

GPS e câmeras corporais nas fardas dos policiais militares. Mas, no caso de São Paulo, ele frisou que, em razão dos impactos, é preciso aguardar a discussão nas instâncias judiciais próprias, inclusive com tentativa de conciliação, sendo incabível a análise por meio de Suspensão de Liminar (SL 1696), que tem caráter excepcional.

“Não se afigura adequado nesse momento uma intervenção pela via excepcional desta Presidência, na medida em que as vias

ordinárias ainda não foram esgotadas. Releva mencionar também a existência de negociação para uma solução conciliatória. Em suma: na visão desta Presidência, a utilização de câmeras é muito importante e deve ser incentivada. Porém, não se justifica a intervenção de urgência e excepcional de uma suspensão de liminar.”

**Legitimidade** - Na decisão, o ministro Luís Roberto Barroso considerou a Defensoria Pública parte legitimada a apresentar o pedido de suspensão de

liminar ao STF, tendo em vista o interesse público defendido e as competências constitucionais da instituição.

“As normas processuais que preveem os pedidos de suspensão de decisões cautelares, inclusive o artigo 4º, caput, da Lei nº 8.437/1992, devem ser interpretadas de modo a permitir o uso de tais instrumentos pela Defensoria Pública se houver coincidência entre o interesse público tutelado e a defesa de grupos sociais vulneráveis”, afirmou Barroso.

## Cobrança de direitos autorais por música em evento público não está condicionada à obtenção de lucro



A relatora do recurso especial, ministra Nancy Andrighi, observou que o sistema criado para tutelar os direitos autorais no Brasil, baseado no chamado sistema francês, visa “incentivar a produção intelectual.

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, reafirmou que a cobrança de direitos autorais em virtude da execução de obras musicais protegidas em eventos públicos não está condicionada ao objetivo ou à obtenção de lucro.

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) ajuizou ação de cobrança contra o município de Cerquilha (SP), cuja prefeitura estaria realizando eventos públicos com a reprodução de músicas sem a autorização dos autores e sem o recolhimento

dos direitos autorais.

O juízo de primeiro grau condenou o município a pagar 15% do custo total dos eventos pela reprodução mecânica de músicas e 10% pela execução de música ao vivo. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve a decisão.

## Repetitivo discute se pessoa física que exerce serviço notarial ou registral é contribuinte do salário-educação

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu afetar os Recursos Especiais 2.068.273, 2.068.698 e 2.068.695, de relatoria da ministra Assusete Magalhães, para julgamento sob rito de repetitivos.

A questão submetida a julgamento, cadastrada como Tema Repetitivo 1.228 na base de dados do STJ vai definir “se a pessoa física que exerce serviço notarial ou registral é contribuinte da contribuição social do salário-educação, prevista no parágrafo 5º do artigo 212 da Constituição Federal de 1988 e instituída pelo artigo 15 da Lei 9.424/96.”

O colegiado ainda determinou a suspensão dos processos, individuais ou coletivos, que versam sobre a mesma matéria, nos quais tenha havido a interposição de recurso especial ou de agravo em recurso especial, na segunda instância, ou que estejam em tramitação no STJ.

**Questão tem relevante impacto social e econômico, afirma relatora**

A relatora ressaltou que questão jurídica semelhante já

foi objeto do Tema 362 dos recursos repetitivos, o qual estabeleceu que a contribuição para o salário-educação tem como sujeito passivo as empresas, assim entendidas as firmas individuais ou sociedades que assumam o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não.

Segundo a Associação dos Notários e Registradores do Brasil, em 2021, existiam mais de 85 mil empregados celetistas de cartórios no país. Para a ministra, além de possuir relevante impacto social e econômico, o tema em debate apresenta relevante caráter repetitivo. Ela concluiu que a multiplicidade de recursos foi verificada a partir de pesquisa a base de jurisprudência do STJ, tendo a Comissão Gestora de Precedentes do tribunal identificado seis acórdãos e 88 decisões monocráticas sobre a matéria, proferidos pelas Primeira e Segunda Turma do STJ. “A questão jurídica em debate já está nesta corte há mais de 20 anos”, afirmou.

## Presidente do STF suspende decisão que impôs retirada de conteúdo e multa ao Estadão por reportagem sobre prisão de deputado

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luís Roberto Barroso, suspendeu decisão do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), que determinou a remoção de reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” sobre decisão que decretou a prisão de deputado federal pelo não pagamento de pensão aos filhos, além de impor multa de R\$ 500 por cada hora que a reportagem permanecesse no ar.

O jornal entrou com ação (Reclamação - RCL 64896) com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 130, na qual o STF derrubou a Lei de Imprensa e decidiu que a censura era inconstitucional.

O Estadão argumentou que a reportagem, publicada em seu portal de notícias, apenas noticiou decisão judicial que decretou a prisão do deputado federal Jadyel Silva Alencar, em razão do não pagamento

total da pensão alimentícia de seus dois filhos, menores de idade.

A primeira instância negou o pedido do parlamentar para retirada do conteúdo, mas o TJ entendeu que era proibida a divulgação de qualquer informação que pudesse comprometer a imagem do envolvido e os direitos fundamentais dos menores.

Para o ministro, a decisão do TJ “restringe injustificadamente a livre circulação de ideias e causa danos difusos ao sistema jurídico que precisam ser reparados com a brevidade necessária”. Barroso frisou que “não se está a menosprezar a honra e a imagem do ofendido”, mas sim a afirmar que é possível entrar com ações de retratação e reparação posteriores sem que isso importe em restrições à livre circulação de ideias. Ressaltou, ainda, que “o próprio portal de notícias ofereceu espaço para o exercício de direito de reposta”.